



LISBOA SCHOOL OF ECONOMICS & MANAGEMENT

LICENCIATURA EM: Economia

UNIDADE CURRICULAR: Seminário

ÁREA TEMÁTICA: Economia Pública e Política Social

DOCENTE COORDENADOR: Prof. Dr. Francisco José Duarte
Nunes

DOCENTE TUTOR: Prof.^a Dr.^a Elsa Maria Nobre da Silva Fontainha

POLÍTICA DE RENDIMENTOS: O QUE DETERMINA A OPINIÃO DOS EUROPEUS EM RELAÇÃO À EFICÁCIA E NECESSIDADE DESSA POLÍTICA?

Relatório Final

Artur Anselmo Guarda de Castro (n.º 39057)

Daniela David de Moura Rodrigues Feijoca (n.º 40426)

Diogo Miguel Gomes Martins (n.º 40556)

José Augusto Carvalho de Sousa (n.º 40558)

16 de Junho de 2014

Índice

1. Introdução.....	3
2. Política de Rendimentos na União Europeia e Opinião dos Europeus	4
2.1. O que é a Política de Rendimentos?	4
2.2. Política de rendimentos na Europa.....	4
2.2.1. O Caso Geral.....	4
2.2.2. Dois casos: Portugal e Reino Unido.....	6
2.3. O que explica a opinião dos Europeus?	9
3. Análise Empírica - base de dados, amostra e metodologia.....	12
3.1. Caracterização da base de dados (European Social Survey - ESS).....	12
3.2. Selecção e caracterização da amostra.....	12
3.3. Metodologia de Análise	13
4. Resultados da Análise Empírica e Discussão	14
5. Conclusão e pistas para investigação futura.....	20
6. Referências Bibliográficas	22
7. Anexos	25

1. Introdução

O nosso projecto de Seminário centra-se no estudo da opinião dos cidadãos europeus face à política de rendimentos que desejariam ver prosseguida e face à política de rendimentos realizada pelos seus respectivos Estados.

O enquadramento teórico do projecto ergue-se sobre três eixos fundamentais: o primeiro refere-se aos mais recentes desenvolvimentos do fenómeno da desigualdade na Europa, oferecendo particular enfoque aos casos português e britânico; em segundo lugar, referimos uma tipologia dos Estados em função da sua política de rendimentos, ensaiando uma tentativa de sistematização; por último, debruçamo-nos sobre os mecanismos que condicionam a formação da opinião nas sociedades humanas.

A fim de caracterizar os mais recentes factos sobre a desigualdade em contexto europeu, iremo-nos basear em relatórios de organizações internacionais, como a OCDE, e nacionais, como o Banco de Portugal. Para o caso português as nossas obras de referência serão aquelas da autoria de Rodrigues, enquanto para o Reino Unido serão as de Atkinson.

A tipologia dos Estados em função do seu paradigma de política de rendimentos será sustentada na investigação de Esping-Andersen.

A fim de desvendar os mecanismos de formação de opinião recorreremos a Pereira et al. (2012), de onde extraímos as teorias da justiça. Recorreremos ainda a Sen (2000), de onde retirámos um modelo de caracterização aplicável às diferentes teorias da justiça, bem como o conjunto de factores, internos e externos, que condicionam a consolidação das perspectivas humanas em relação à política de rendimentos.

Relativamente à análise empírica subjacente ao estudo da opinião dos cidadãos, faremos uso dos dados fornecidos pelo *European Social Survey*¹ (ESS), que efectua questionários dirigidos a cidadãos de mais de trinta países europeus com o objectivo de avaliar os seus padrões de comportamento, de atitude e de crença. Desta base de dados iremos recorrer aos micro-dados obtidos para os anos de 2008 (ronda 4 do ESS), ano que consideraremos como representante do período antes da crise e de 2012 (ronda 6 do ESS), ano que consideraremos como representante do período posterior ao aparecimento da crise. Daqui retiraremos as variáveis dependentes e explicativas, apresentando uma análise descritiva das mesmas. Nestas duas rondas identificámos uma pergunta sobre a qual iremos trabalhar, “B26 - *The government should take measures to reduce differences in income levels?*” (O governo deve tomar medidas para reduzir diferenças nos níveis de rendimento?), que se traduz na variável *gincdif*, tendo como possibilidades de respostas, 1 (concorda fortemente) a 5 (discorda fortemente), as quais redefiniremos como 1 (concorda

¹ <http://www.europeansocialsurvey.org/>

fortemente) e 0 (caso contrário), criando uma nova variável, *gincbinary*, de modo a aplicarmos um modelo *Probit*, recorrendo ao software estatístico *eViews*.

É nossa convicção que este projecto de investigação tem uma pertinência acrescida numa conjuntura em que o debate em torno da política de rendimentos é particularmente intenso. Assim, cremos que a mais-valia deste documento consiste em permitir sustentar, ou refutar, com critério científico, alguns dos argumentos esgrimidos no contexto desse debate.

Em suma, basearemos o nosso trabalho em 4 partes: numa primeira parte, procuramos definir o que são políticas de rendimento e exporemos o caso geral da Europa e os casos particulares de Portugal e do Reino Unido; em segundo lugar, apresentaremos a base de dados, o porquê das variáveis incluídas e os modelos a utilizar; em terceiro, indicaremos os resultados a que chegámos e apresentaremos um breve comentário aos mesmos. Por último, revelamos as conclusões a que chegámos e daremos o mote para a continuação do estudo do tema em questão.

2. Política de Rendimentos na União Europeia e Opinião dos Europeus

2.1. O que é a Política de Rendimentos?

Uma política de rendimentos é um instrumento legal que obriga o Estado a determinadas prestações que, monetárias ou não, complementam o rendimento disponível de um cidadão que as requeira e que cumpra os critérios exigidos pela política de rendimentos. O Estado pode complementar o rendimento disponível fornecendo serviços e bens públicos a preços acessíveis ou gratuitamente, assim como fornecendo prestações em dinheiro. O efeito resulta numa distribuição diferente da realizada pelo mercado e o cumprimento de regulamentos obriga a custos que poderiam ter sido colectados e afectados pelo Estado.

Na literatura inglesa, o termo “política de rendimentos” não remete para a redistribuição da riqueza, mas sim para as leis e regulamentos laborais que estabelecem direitos dos trabalhadores e instituem salários mínimos (Business Dictionary, 2014)

2.2. Política de rendimentos na Europa

2.2.1 O Caso Geral

A classe média que se alargou em toda a Europa durante os últimos sessenta anos, ao alterar a estrutura de classes das sociedades, agiu também sobre o edifício do Estado social, modelado para responder a uma sociedade muito mais desigual e sem uma classe média forte.

Certos regimes baseados numa segurança social mais ampla e sustentada por contribuições puderam adaptar-se mais facilmente à evolução da classe média, gerindo a relação entre benefícios e contribuições para as classes em mutação (Esping-Andersen, 1990). Esping-Andersen, sociólogo dedicado à análise do estado social, no seu livro *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (1990), definiu três modelos gerais para classificar os Estados sociais existentes: o liberal, o conservador (ou corporativo-estatista) e a social-democracia, contrariando as meras análises da carga fiscal ou despesa pública de cada país e procurando sublinhar as formas da colecta e afectação do capital público.

No primeiro modelo, o Estado social presta auxílio ou serviços apenas aos trabalhadores, ou realiza prestações menores que as providenciadas pelo trabalho, tornando-as uma estância última, e por vezes temporária, do bem-estar, sujeita os mesmos à subjugação pelo mercado, ainda que eleve os níveis de vida dos trabalhadores. As sociedades anglo-saxónicas continuam a praticar este modelo de assistência mínima, ou liberal, segundo a classificação considerada. O segundo modelo identificado é aquele que estabelece a segurança social de forma compulsória e que pretende fornecer serviços de elevada qualidade e generalidade, expulsando por vezes o sector privado destes mercados pela dimensão, qualidade ou simplesmente através da lei. Este modelo iniciou-se na Alemanha e está patente na Áustria, França e Itália (Esping-Andersen, 1990). O terceiro modelo identificado é aquele que garante benefícios básicos iguais, independentes das contribuições ou desempenhos dos cidadãos, que não implica necessariamente a descomodificação (Esping-Andersen, 1990), pois nunca se verificou uma provisão social de bens suficiente em alternativa ao trabalho, decidida livremente e em qualquer circunstância, em nenhum Estado, embora os esquemas sociais de alguns países nórdicos da Europa estejam realmente próximos desta classificação (Esping-Andersen, 1996). De realçar que escolhemos para análise, com base no *European Social Survey*, o Reino Unido, que figura entre os modelos liberais, e Portugal, que não é remetido a qualquer destes grupos (Esping-Andersen, 1990)

O Estado social da Europa contemporânea partilha e converge para certos princípios e práticas comuns, mas ainda se revela bastante heterogéneo. Desde as décadas de 1960 e 1970 que os benefícios e pensões atingiram o patamar dos salários mínimos na maior parte da Europa. As políticas de impostos e prestações diminuem a dispersão do rendimento em toda a Europa (Alves, 2012), mas enquanto o decil mais pobre da Europa vê os seus rendimentos aumentados em cerca de 35%, em média, e a diminuição em 25% dos rendimentos do decil mais elevado, em Portugal, o primeiro valor atinge apenas os 15%, embora o segundo esteja próximo da média europeia, sendo 22% (Eurostat, 2014). O posicionamento das medianas do rendimento dos vários países europeus não se altera significativamente quando passamos do quadro do rendimento primário para o do rendimento após redistribuição. Em média, as prestações em dinheiro e os

impostos sobre o rendimento reduzem a desigualdade no rendimento em 22% na União Europeia e em 20% em Portugal (Alves, 2012).

Os países nórdicos são os mais igualitários hoje e ao longo do último século, revelando uma desigualdade baixa no rendimento-base e uma elevada redistribuição do rendimento através de prestações monetárias. Os países da Europa continental não divergem muito dos nórdicos em termos esquemáticos, mas revelam uma desigualdade-base mais ampla e uma desigualdade no rendimento disponível após redistribuição também mais ampla. Já os países do sul da Europa, entre os quais Portugal e os países da Europa de Leste, revelam desigualdade-base elevada e uma redistribuição baixa. Nos países do sul da Europa, a canalização da carga fiscal para a provisão de serviços públicos resulta num impacto das prestações em dinheiro sobre o rendimento menor que o impacto dos impostos sobre os rendimentos, o que poderá ter implicações na percepção e opinião dos cidadãos quanto à redistribuição, mas na generalidade dos países a redistribuição é associada às prestações em dinheiro (Alves, 2012). Na Europa, em média, os dois primeiros decis revelam impostos líquidos negativos e o saldo do terceiro decil é já nulo, esta análise exclui a carga tributária sobre o consumo e as provisões públicas em espécie, mais ou menos significativas em cada país (Eurostat, 2014).

No seguimento da crise financeira de 2008 e das crises de dívida soberana na Europa, a convergência e solidariedade europeia foram comprometidas e o Estado social viu-se abalado pelos violentos choques que atingiram a economia privada (Dauderstädt, M. e Keltek, C, 2013). Novas questões quanto à eficácia da redistribuição, pelo uso dos fundos públicos pelos governos e pelo Estado, assim como questões quanto à eficiência da redistribuição sobre o rendimento, pelos impostos, e sobre o consumo e a provisão essencial, por via das prestações em dinheiro, além do papel do estado e das políticas poderão ter agido sobre a opinião dos cidadãos (Jakobsen T.G, 2011).

2.2.2 Dois casos: Portugal e Reino Unido

• Política de Rendimentos em Portugal

Portugal sempre teve um problema de desigualdade que foi mitigado com a adesão, em 1986, à União Europeia (EU). Em média, o PIB per capita cresceu de 34% para 55% da média da EU (Rodrigues et al, 2014); a despesa com prestações sociais tem vindo a crescer e surgiram o RSI (Rendimento Social de Inserção) e o CSI (Complemento Solidário para Idosos), que foram das medidas mais importantes para diminuir a desigualdade de rendimento em Portugal. Apesar do impacto destas na redução da desigualdade ser inferior ao registado na média da EU, devido a uma menor eficácia e eficiência das mesmas, Portugal releva-se como um dos países onde as prestações sociais em dinheiro são mais progressivas (Alves, 2012).

Ao nível fiscal, Portugal tem alterado significativamente os seus níveis de progressividade, conseguindo assim aumentar a capacidade de redistribuição do seu sistema fiscal (Rodrigues et al, 2014). Em termos comparativos, as prestações em dinheiro contribuem mais para a redução da desigualdade que os impostos sobre o rendimento (Alves, 2012).

Com a crise mundial de 2008 e a crise da dívida soberana, Portugal tem sido obrigado reduzir alguns apoios sociais e a aumentar os impostos, algo que, conjugado com o aumento do desemprego para 17% (OIT, 2013), diminui o rendimento disponível das famílias. Isto fez aumentar o peso das prestações dos empréstimos, quase sempre para compra de habitação ou automóvel, no rendimento mensal das famílias, o que conjugado com uma classe média frágil e uma redução das expectativas futuras contribui para aumentar as desigualdades (Rodrigues et al, 2014). Também tem vindo a aumentar, em Portugal, a falta de participação cívica e a desconfiança nas instituições, provocada, em parte, pelo excesso de pluralismo por parte das associações cívicas, partidos, sindicatos e confederações patronais (nas eleições de 2013 a abstenção foi de 47,4% (Pordata, 2013), sendo curioso o não aparecimento de forças políticas de extrema-esquerda (Rodrigues et al, 2014).

Até à crise da dívida soberana, os indicadores de desigualdade e de pobreza melhoraram, revelando que Portugal tem conseguido conciliar a presença de altos níveis de desigualdade com a melhoria das condições de vida da população. Isto mesmo pode ser comprovado pela análise de qualquer índice de bem-estar social relacionado com a distribuição do rendimento (Rodrigues et al, 2012). Mesmo assim, segundo dados de 2005, Portugal era o segundo país mais desigual da União Europeia, só ultrapassado pela Letónia (Rodrigues, 2008).

Portugal não tem só registado melhorias ao nível da redistribuição do rendimento, que tem em vista diminuir a desigualdade monetária, apesar de ser aí que se foca o nosso trabalho. Também tem registado melhorias ao nível da mortalidade infantil, esperança média de vida e em outros indicadores relacionados com a saúde da população. A maior fatia da despesa pública social foi gasta ao nível da educação, apesar dos sucessivos cortes a que tem vindo a ser sujeita. Isto contribuiu fortemente para diminuir as desigualdades e aumentar a mobilidade social, numa altura em que 52,8% dos portugueses entre 25-65 apresentam um maior nível de educação que os seus pais (Rodrigues et al, 2014).

- **Política de Rendimentos no Reino Unido**

O Reino Unido é, actualmente, a sexta maior economia do mundo (World Bank, 2014). Embora ao longo da sua história sempre tenha sido um país pautado pela desigualdade de rendimentos entre as classes sociais, especialmente em períodos de guerra, no pós-2ª Guerra Mundial a tendência era, em média, de diminuição da desigualdade (Jenkins, 1999). Contudo, observa-se, desde 1975, um fenómeno de crescimento acentuado da desigualdade de

rendimentos entre pessoas em idade activa – o mais rápido dos países da OECD –, estando este país, no que toca à desigualdade de rendimentos, bem acima da média dos países da OECD (OECD, 2011) (Atkinson, 1995).

Este fenómeno, particularmente acelerado de 1984 a 1990 (Jenkins, 1999), coincide com um período singular da história política do Reino Unido, que se estende de 1979 até 1990, dominado por reformas socioeconómicas baseadas em ideais neoliberais. Estas reformas tinham como objectivo diminuir o desemprego e gerir os efeitos da recessão que então se fazia sentir, assim como diminuir conflitos sociais. Medidas de relevo incluem a flexibilização do mercado de trabalho, a redução do poder dos sindicatos, a diminuição dos impostos directos e aumento dos impostos indirectos, mudanças no sistema de pensões do Estado e a privatizações de empresas do Estado (Evans, 2004).

Após 1990, a desigualdade manteve-se, em média, constante, resultado de um abrandamento na intensidade das reformas então tomadas (Atkinson, 1997). Contudo, o legado das reformas feitas aliado a um sistema de segurança social degradado fez com que, em 1997 – ano em que 1 em cada 4 crianças viviam em pobreza relativa, comparado com 1 em 8 em 1979 –, a agenda do governo trabalhista recém-eleito se focasse em medidas de combate à pobreza e à exclusão social, mas não explicitamente à desigualdade de rendimentos. Medidas de relevo nestes campos incluem a introdução do salário mínimo nacional, a introdução de benefícios fiscais para famílias com baixos rendimentos e com crianças, o fortalecimento da segurança social com a introdução alargada de benefícios sociais e melhor acesso a cuidados de saúde, políticas activas de emprego e a promoção da participação política nas classes sociais mais baixas (Hills e Stewart, 2005).

Apesar da tomada de medidas distintas de administrações anteriores, a desigualdade manteve-se relativamente constante ao longo do tempo. Em 2008, o rendimento anual médio do decil com maiores rendimentos do Reino Unido era perto de 12 vezes superior ao pólo inverso, isto é, ao rendimento anual médio do decil mais pobre da população, em contraste com o rácio de 8 para 1 em 1985 (OECD, 2011). Já o número de pessoas a viver na pobreza aumentou de cerca de 7,3 milhões de pessoas em 1979 para cerca de 13,5 milhões de pessoas em 2008 (Department of Work and Pensions, 2013).

Desde 2008, ano em que se iniciou a última crise financeira, que os indivíduos mais pobres do Reino Unido não têm visto a sua situação melhorar. Embora, numa primeira instância, o governo britânico, em linha com outros países europeus, tenha respondido à crise com medidas de estímulo da economia que beneficiaram as classes mais baixas (IMF, 2009), em 2010 o cenário inverteu-se, tendo o governo optado por medidas de austeridade. Estas medidas contemplam, principalmente, cortes severos na despesa do Estado e pequenos aumentos de impostos. À semelhança do que aconteceu em Portugal, a preferência pela austeridade tinha

como objectivo a redução do défice público, de modo a consolidar as contas do Estado britânico e dar confiança aos mercados e aos seus investidores, desta forma estimulando o crescimento da economia. Contudo, a “austeridade expansionista” não teve impacto significativo no estímulo da economia. Ao invés, uma das consequências mais importantes das políticas de austeridade foi o aumento da desigualdade, através de cortes nos benefícios sociais e na diminuição de postos de trabalho, principalmente no sector público, para além do aumento de impostos (Institute for Fiscal Studies, 2013). Tomadas em conta as consequências da austeridade, estima-se que, desde 2010 até 2015, os indivíduos pertencentes ao decil dos mais ricos do Reino Unido sofrerão uma redução em cerca de 5% do seu rendimento, ao passo que os indivíduos do decil mais pobre sofrerão cortes nos seus rendimentos na ordem dos 38%, agravando assim o fosso entre ricos e pobres (Horton e Reed, 2010).

2.3. O que explica a opinião dos Europeus?

Um projecto que se debruça sobre a forma como os cidadãos ajuízam sobre a política de rendimentos prosseguida, ou desejavelmente prosseguida, pelos seus respectivos Estados deve assentar a sua tónica não apenas no fenómeno da desigualdade económica mas também na forma como esta é percebida pelos agentes sociais, desvendando o processo pelo qual se constituem as crenças e os princípios que moldam a opinião dos cidadãos sobre a intervenção do Estado, no sentido de corrigir as assimetrias de rendimento resultantes da dinâmica de afectação de uma economia de mercado. Segundo (Sen, 2000), essa opinião é influenciada pela interacção dialéctica entre um meio interno, composto pelo que o indivíduo entende ser normativamente tolerável, e um meio externo, composto por aquilo que observa na sociedade que o rodeia e em que se inserem aspectos culturais, sociais e económicos.

Apesar de a determinação da opinião nos surgir descrita como um fenómeno centralizado no indivíduo, e por conseguinte tão plural e diverso como a totalidade dos membros da sociedade, isso não deve impedir de reconhecer a utilidade de explorar alguma da teorização e sistematização produzidas nesta área. Nesse sentido, far-se-á uma exposição breve do conceito de teoria de justiça social e das teses desenvolvidas pelos principais autores que se dedicaram a este tema. Segundo a nomenclatura de (Sen, 2000), todas as teorias da justiça se constroem sobre três pilares analíticos dos quais depende a sua caracterização. Designam-se respectivamente por: Espaço Basal (*Basal Space*), Combinação Focal (*Focal Combination*) e Grupo de Referência (*Reference Group*). O Espaço Basal é definido a partir da inclusão das variáveis a que a teoria da justiça é sensível e pela exclusão das variáveis não consideradas relevantes. Em vocabulário matemático, pode entender-se como o conjunto de variáveis independentes que influenciam o comportamento da função de Justiça Social. A Combinação Focal refere-se à forma como as variáveis do espaço basal afectam a Justiça Social. Do ponto de

vista matemático, pode entender-se como a forma funcional que as variáveis independentes assumem a fim de maximizar a função de bem-estar social. O Grupo de Referência respeita à forma como a teoria encara o espaço exterior ao seu objecto de estudo. Enquanto algumas teorias vêem o seu grupo de análise como uma entidade isolada, outras mostram-se sensíveis ao impacto que as variações de bem-estar de um grupo têm nos agentes dos grupos externos.

- **Utilitarismo**

O Utilitarismo, na sua forma moderna, foi iniciado por Jeremy Bentham. Foi hegemónica entre o século XVIII e meados do século XX (Sen, 2000). Assume como premissa que a distribuição da utilidade pelos indivíduos não é relevante, valorizando apenas como desejável a maximização da utilidade agregada (Bénassy-Quéré et al, 2010). O tipo de utilidade a agregar não é, no entanto, comum a todos os utilitaristas. As primeiras figuras desta escola de pensamento defendiam que a utilidade a ser maximizada era a utilidade total da sociedade. O advento da escola marginalista, contudo, conduziu a que presentemente a maioria dos autores defenda que a maximização da função de bem-estar social se obtém através da maximização das utilidades marginais de cada indivíduo que integra a sociedade (Pereira, et al, 2012)

Elege, assim, como espaço basal a utilidade marginal dos indivíduos, enquanto a combinação focal é obtida pela soma simples das utilidades marginais individuais. Do ponto de vista do grupo de referência, o utilitarismo toma o grupo em análise como um objecto isolado, pelo que não é sensível ao efeito que a procura da maximização do bem-estar tem nos agentes externos (Sen, 2000).

- **Rawlsianismo**

John Rawls foi professor da Universidade de Harvard e um dos mais influentes autores do século XX, no âmbito da Teoria da Justiça Social. A sua obra mais célebre intitula-se *Uma Teoria da Justiça* e data de 1971 (Pereira et al, 2012).

A sua teoria da justiça assenta em dois princípios básicos: o princípio das iguais liberdades e o princípio da diferença. O princípio das iguais liberdades postula que todos os indivíduos devem ter direito a um leque amplo de igualdades individuais, desde que não conflitantes com as liberdades dos demais indivíduos. O princípio da diferença prevê que as desigualdades sociais devem ser combinadas de modo a que sejam simultaneamente vantajosas a todos, devendo o Estado agir no sentido de assegurar a igualdade de oportunidades. O primeiro princípio tem prevalência sobre o segundo, ou seja, não se podem sacrificar as liberdades básicas a fim de concretizar objectivos económicos e sociais. (Rawls, 1971).

A desigualdade económica é avaliada em relação ao acesso diferenciado a bens primários (direitos, liberdades, serviços, rendimento, riqueza) e não apenas em função do rendimento. A

melhoria do bem-estar social só é possível através da melhoria da condição dos que se encontram em posição mais desfavorecida na sociedade (Rawls, 1971). É frequentemente utilizada como alicerce intelectual legitimador da intervenção do Estado na provisão de bens primários. (Pereira et al, 2012).

O espaço basal desta teoria surge seccionado e hierarquizado. Em primeiro lugar na hierarquia encontram-se as liberdades pessoais e políticas, seguidas, em segundo lugar, do acesso a bens primários. A combinação focal é obtida por meio da maximização do bem-estar dos que se encontram em posição mais desfavorecida na sociedade. O grupo de referência, como a combinação focal permite antever, compõe-se por aqueles que se situam em posição inferior na escala social, sendo a melhoria da sua situação uma condição necessária ao aumento do bem-estar social (Sen, 2000).

- **A teoria libertária de Nozick**

A principal obra de Robert Nozick data de 1974 e intitula-se *Anarquia, Estado e Utopia*. O autor elege a protecção das liberdades individuais e a justiça da afectação da economia de mercado como os eixos centrais da sua teoria. Na sua perspectiva, numa economia de mercado os agentes económicos partem em igualdade de oportunidades e são as suas decisões (ex: consumo/poupança) que determinam o lugar que ocupam na escala social. Por conseguinte, qualquer tentativa de intervenção do Estado na política de rendimentos é considerada injusta e uma violação dos direitos individuais dos cidadãos (Pereira et al, 2012).

Essa posição fica bem clara na referência onde propugna que um “Estado mínimo, limitado às funções estreitas de protecção contra a força, roubo e fraude, etc. é justificado; qualquer Estado mais alargado violará os direitos individuais das pessoas a não serem forçadas a fazer certas coisas” (Nozick, 1974).

Em conformidade, o espaço basal é composto pelas liberdades individuais dos cidadãos, ao passo que a combinação focal é como o cumprimento dos direitos elencados no espaço basal. O grupo de referência é o conjunto de agentes directamente envolvidos na análise, sem recorrer a qualquer discriminação positiva ou negativa em função do posicionamento social (Sen, 2000).

Com base no enquadramento teórico já exposto até ao momento, passaremos de seguida à componente empírica deste projecto de investigação, onde procuraremos obter resultados que nos permitam aprofundar o conhecimento da opinião dos cidadãos europeus sobre a política de rendimentos.

3. Análise Empírica - base de dados, amostra e metodologia

3.1. Caracterização da base de dados (European Social Survey - ESS)

O ESS² (European Social Survey) é a base de dados utilizada como suporte para a nossa investigação. O ESS efectua questionários dirigidos a cidadãos de mais de trinta países europeus com o objectivo de avaliar os seus padrões de comportamento, de valores, de atitude e de crença. Criado oficialmente em 2001, publicou o seu primeiro questionário em 2002, divulgando-os desde então em intervalos regulares de dois anos.

3.2. Selecção e caracterização da amostra

Na impossibilidade de estudar todos os países e todas as vagas do ESS (6 rondas – 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012) e porque estamos particularmente interessados em detectar as diferenças de opinião devidas à crise económica e financeira, é necessário efectuar uma selecção de períodos e de países. O critério adoptado para a selecção do período foi o estabelecimento de um intervalo de tempo que abarcasse o contexto anterior e posterior à crise financeira. Tendo sido disponibilizado no início do passado mês de Fevereiro o ano de 2012 (6ª ronda do ESS), este seria certamente de incluir, porque se trata do registo mais actual correspondente ao período pós-crise.³

Relativamente aos países, considerámos que Portugal deveria ser naturalmente incluído, por se tratar do contexto nacional em que este documento é produzido. Discernimos ainda pela inclusão do Reino Unido por existir muita literatura especializada sobre a distribuição de rendimento e por se tratar de um país com muitas características distintas de Portugal, tais como não pertencer à Zona Euro ou não se tratar de um país sob resgate financeiro.

Quanto aos anos será ainda elaborado um apuramento simples descritivo de todos os países nas duas rondas analisadas, de modo que a se extraia uma breve análise da sua evolução.

² <http://www.europeansocialsurvey.org/>

³ Para o ano anterior à crise, de modo a que houvesse uma janela temporal alargada, decidimo-nos inicialmente pelo ano de 2006 (3ª vaga do ESS). Contudo o ano de 2006 (3ª vaga do ESS) é omissa na pergunta que a nosso ver é essencial para a análise, pelo que ajuizámos pelo ano de 2008 (4ª vaga do ESS). Podemos considerar o ano de 2008 como sendo anterior à crise financeira, porque nos EUA, segundo o NBER (National Bureau of Economic Research), a crise inicia-se apenas em Dezembro de 2007 e na Europa a ocorrência é posterior. Além disso, apesar de os resultados serem publicados em 2008, são fruto de respostas de inquiridos que respondem com base em contextos anteriores, pelo que o ano de 2008 pode ser considerado um ano representativo do quadro anterior à crise financeira.

3.3. Metodologia de Análise

- **Análise da tipologia dos Estados Sociais**

Comparámos os valores médios para variáveis do European Social Survey e outras variáveis macroeconómicas e agrupámos estes países em três grupos, segundo os três tipos de Estados sociais definidos em (Esping-Andersen, 1990) e segundo a sugestão de países para estes três grupos. Agrupámos a Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia no grupo dos países sociais-democratas; a Bélgica, Alemanha e Espanha nos Estados sociais corporativistas e seleccionamos o Reino Unido e Irlanda para compor o grupo dos países liberais.

- **Modelização das determinantes da opinião**

Modelo econométrico a usar

Em função de uma análise preliminar dos dados, constatámos que as respostas às questões que nos propomos a analisar são feitas de acordo com uma escala ordenada de 1 (se concorda firmemente) a 5 (se discorda firmemente), denominada escala de Likert.⁴

Com o objectivo de modelizar as determinantes da opinião, resolvemos imediatamente não trabalhar com o *Modelo Linear de Probabilidades*, visto o mesmo sofrer de várias limitações. De entre estas limitações destacam-se duas, as mais importantes: em primeiro lugar, podem obter-se como resultados valores inferiores a 0 e maiores que 1 e, segundo, o modelo sofre de heterocedasticidade, ou seja, a inferência estatística habitual deixa de ser válida (Wooldridge, 2008).

Em alternativa, decidimos aplicar neste caso um modelo *Probit*, transformando uma variável que pode assumir valores entre 1 e 5 numa variável dicotómica que apenas pode assumir os valores 0 e 1. Ressalve-se que essa transformação só pode ser realizada após uma cuidadosa observação dos dados, que permita ter um número de 0 e 1 em número significativo para efectuar a análise (Wooldridge 2008).

Variáveis dependentes e variáveis explicativas

Na escolha das variáveis explicativas (*Anexos 1 e 3*) procurámos guiar-nos pelas pistas fornecidas pela revisão da literatura. Assim, ajuizámos de imediato por variáveis como o rendimento, a situação de emprego ou o interesse político, por se destacarem na bibliografia como determinantes. Fizemos ainda uma análise da correlação de algumas variáveis da base de dados com a variável dependente, no sentido de apurar aquelas que deveríamos incluir. Finalmente,

⁴ Assim, como instrumento de modelização, poderíamos aplicar o Ordered Probit, que nos permitiria incluir uma variável dependente com os valores entre 1 e 5. No entanto, como este modelo não é leccionado no âmbito da licenciatura, optámos por não o considerar.

tivemos em atenção a inclusão de variáveis quer do foro psicológico quer do foro socioeconómico, de forma a podermos analisar a nomenclatura de (Sen, 2000).

Assim, construímos um primeiro modelo *Probit* com a variável explicativa *ginbinary* – variável binária recodificada de *gincdif* –, e as variáveis explicativas *gndr*, *educ*, *educ_sq*, *age*, *age_sq*, *inc*, *uemp3m*, *domicil*, *wrkctra1*, *wrkctra2*, *wrkctra3*, *pplhlp*, *trstplt*, *polintr*, *stflife*, *imprich*, *ipeqopt*. (Anexos 3, 4, 6, 7, 8, 9). No entanto, após construirmos o modelo, concluímos que a variável *inc*, respeitante ao rendimento disponível, e as variáveis *wrkctra1*, *wrkctra2* e *wrkctra3*, variáveis dummy referentes ao tipo de vínculo laboral, tinham muito poucas observações, o que comprometia a qualidade da estimação do modelo. Construímos então um segundo modelo (Anexos 3, 5, 10, 11, 12, 13), em que essas variáveis não constavam. A retirada de *inc*, por se tratar de uma variável muito referida na bibliografia, poderia constituir uma grande perda explicativa. Contudo, sabe-se que o nível de educação é, regra geral, uma boa *proxy* do nível rendimento, sendo por isso o seu impacto aproximadamente captado pelas variáveis *educ* e *educ_sq*. A qualidade dessa aproximação pode ser verificada nas tabelas de correlação no Anexo 14.

Considerámos como pertencentes ao meio externo as variáveis *educ*, *educ_sq*, *domicil* e *uemp3m*, ao passo que considerámos como pertencentes ao meio interno as variáveis *age*, *age_sq*, *pplhlp*, *trstplt*, *polintr*, *stflife*, *imprich* e *ipeqopt*. Considerámos ainda que a variável *gndr* não se enquadrava em nenhuma das categorias. Esta categorização tem algumas limitações. Por exemplo, se é certo que o nível de educação é, a nosso ver, uma característica predominantemente socioeconómica, porquanto a nível de educação das populações está intimamente relacionada com o contexto económico e social onde se inserem, também é possível argumentar que o grau de instrução condiciona o próprio meio psicológico do indivíduo. Contudo, apesar de a categorização poder sempre ser objecto de crítica, consideramos que a nossa selecção permite uma análise rigorosa dos conceitos de (Sen, 2000), aplicados aos casos português e britânico.

4. Resultados da Análise Empírica e Discussão

• Análise Esping-Andersen (Anexo 2)

A análise das médias dos grupos de países para as categorias de Estado social confirmam algumas das conclusões gerais de Esping-Andersen, mas indiciam alguns limites a uma diferenciação clara entre as diversas categorias de Estados sociais referidas pelo autor.

Verifica-se que, como previsto, os modelos sociais-democratas são mais igualitários, apesar de um ligeiro aumento do índice de Gini para o período considerado. Os modelos conservadores ou corporativos verificam a sua posição intermédia em termos de desigualdade,

tendo também acentuado a desigualdade. Os países escolhidos para ocuparem o grupo dos modelos liberais, apesar de serem mais desiguais que os restantes em ambos os períodos, verificam uma melhoria ligeira. Verificamos ainda que os países sociais-democratas gastam sempre mais no sector da saúde (% da saúde pública no total da saúde) que os restantes, não sendo fácil distinguir entre os dois grupos restantes, pois a Inglaterra tem um elevado grau de participação pública na saúde, ao contrário da Irlanda e da Espanha, o que contribui para a descida do valor médio do grupo dos países de modelo corporativo.

Limitações: A classificação dos países por Esping-Andersen em 1990 poderá não corresponder já aos países estudados. A evolução social e política dos vários países no sentido da convergência de práticas e objetivos sociais poderá ter esbatido diferenças entre as categorias tipificadas pelo autor. De futuro, seria útil uma nova classificação que incorporasse essas evoluções.

- **Estatísticas descritivas dos países – ESS (Anexo 2)**

Para os países disponibilizados pelo European Social Survey em 2008 e 2012, a média da variável *GINCDIF* passou de 2,24 em 2008 para 2,12 em 2012. A variável *EUFTF* (European Union Should Go Further) tinha um valor médio de 5,4 em 2008 e de 5,05 para 2012, revelando uma vontade menor dos entrevistados quanto à integração europeia. A média das taxas de desemprego passou de 6,07 em 2008 para 9,88 em 2012, segundos os dados da OCDE para 16 países. A média das despesas públicas na saúde, no total das despesas em saúde, passou de 73,63% para 73,38%, não reflectindo nem um aumento da despesa pública pelo aumento geral do desemprego, nem um abandono da despesa pública por motivos das políticas de austeridade, podendo reflectir a soma destes dois efeitos. A média dos índices de Gini revela uma melhoria muito reduzida da igualdade de rendimento, passando de 28,72 para 28,66. Para os países intervencionados a média da variável *GINCDIF* em 2008 foi 2,0 e para 2012 foi 1,84.

Assim, os países com índice de Gini mais elevado são, com excepção do Reino Unido, os mais pobres. Os países com índices de Gini mais elevados mantêm os valores mais baixos para a variável dependente, ou seja, revelam um desejo maior da intervenção do governo na redução das desigualdades. Tais são os casos de Bulgária, Chipre, Estónia, Espanha, Portugal, Polónia e Eslovénia. Portugal é o país que responde mais positivamente à pergunta na ronda de 2008 e 2012, sendo o segundo país mais desigual entre os países observados em 2008 e 2012, com a particularidade do país mais desigual ser a Bulgária, em 2008 e a Espanha em 2012. Em 2008, os membros analisados da União Económica e Monetária respondiam em média 2,2 à variável *GINCDIF* e os países não-membros analisados respondiam em média 2,28. Em 2012, a média dos membros analisados da UEM passou para 2,1 e a dos países não-membros passou para 2,2.

- **Modelo Probit (Anexos 3, 5, 10, 11, 12, 13)**

Numa primeira fase da análise de resultados do principal modelo estimado – o modelo 2 – pretende aferir-se qual dos meios condicionantes da opinião dos cidadãos, o interno ou o externo, segundo os conceitos de (Sen, 2000), adquire maior preponderância em cada um dos países e em cada um dos períodos. Em Portugal, no ano de 2008, verifica-se um razoável equilíbrio da significância estatística de variáveis associadas ao meio externo – como o nível de educação (*educ* e *educ_sq*) e a situação de desemprego (*uemp3m*) – com variáveis associadas ao meio interno – interesse político (*polintr*), opinião sobre a importância da igualdade de oportunidades (*ipeqopt*), a maior solidariedade ou egoísmo dos seus concidadãos (*pphlp*) e a confiança nos agentes políticos (*trstplt*). A intensidade da significância estatística, no entanto, apresenta-se globalmente mais forte no caso destas últimas. Essa tendência acentua-se no ano de 2012, com a componente psicológica a adquirir total hegemonia, deixando-se de verificar a significância estatística das variáveis afectas ao meio externo.

Para o ano de 2008, o Reino Unido apresenta um quadro similar a Portugal no caso das variáveis do meio interno. Em relação às variáveis do meio externo, além das elencadas para Portugal, a variável respeitante ao tipo de habitação (*domicil*) é também significativa. A análise do ano 2012 revela uma tendência de ascensão dos factores psicológicos na linha com o caso português, assumindo-se adicionalmente como estatisticamente significativas *age* e *age_sq*. Porém, ao contrário do caso português, a perda da significância das variáveis socioeconómicas (meio externo) não foi plena, permanecendo *domicil* como estatisticamente significativa.

Portugal (Anexos 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11)

Com base no modelo 1 podemos verificar, segundo a tabela de significâncias, que para o ano de 2008, antes da crise apenas a idade (*age*), a idade ao quadrado (*age_sq*) e a importância de ser rico (*imprich*) se revelam estatisticamente significativas. Já para o modelo 2, podemos observar que existem mais variáveis estatisticamente significativas; a idade (*age*), idade ao quadrado (*age_sq*) e a importância de ser rico (*imprich*) deixam de ser estatisticamente significativas, mas variáveis como educação (*educ*), educação ao quadrado (*educ_sq*), a igualdade de oportunidades para todos (*ipeqopt*), a preocupação para consigo e com os outros (*pphlp*), o interesse pela política (*polintr*), a confiança nos políticos (*trstplt*) e se já esteve desempregado por um período de 3 meses (*uemp3m*) passam a ser, algo que segundo a revisão de literatura parece ser mais plausível.

Segundo (Rodrigues, 2012), os indicadores de desigualdade melhoraram até à crise da dívida soberana; isto pode ser um dos motivos da explicação de coeficientes negativos, para a maior parte das variáveis significativas em 2008, tal como *uemp3m*, onde podemos verificar, pela análise dos efeitos marginais, que, em média, se estima que caso o indivíduo não tenha estado 3 meses desempregado a probabilidade de ser favorável à intervenção do Estado para corrigir desigualdades diminuí em 7,84 pontos percentuais *ceteris paribus*. Assim, a estatística parece

evidenciar que em 2008, os portugueses eram menos sensíveis a uma intervenção do Estado para corrigir desigualdades.

Podemos ver que antes da crise, 2008, se estima que em média, o aumento de um nível na variável *ipeqopt*, ou seja, uma diminuição da importância da igualdade para o indivíduo se traduz, *ceteris paribus*, numa redução na probabilidade de ser favorável à intervenção do Estado para corrigir desigualdades em 3,84 pontos percentuais e que o aumento de um nível na variável *trstplt* se traduz, *ceteris paribus*, numa redução da probabilidade de ser favorável à intervenção do Estado para corrigir desigualdades em 1,66 pontos percentuais.

Estas duas variáveis mantêm a sua significância entre 2008 e 2012; é curioso o facto de os seus coeficientes mudarem de sinal de um ano para o outro, ou seja, parece existir evidência de uma alteração na opinião dos portugueses devido à crise. Em 2012, estima-se que, em média, um aumento de um nível na variável *ipeqopt* se traduz, *ceteris paribus*, num aumento de 8,29 pontos percentuais, ou seja, os portugueses parecem ser agora mais sensíveis à questão da igualdade de oportunidades e que o aumento de um nível na variável *trstplt* se traduz, *ceteris paribus*, num aumento de 3,53 pontos percentuais da probabilidade de um indivíduo ser favorável à intervenção do Estado para corrigir desigualdades.

Parece assim existir evidência de que houve uma alteração ao nível da igualdade de oportunidades (*ipeqopt*) e da confiança nos políticos (*trstplt*) isto pode ser explicado pelo período de crise que Portugal está a atravessar e, como refere (Rodrigues et al, 2014), a confiança nas instituições, traduzida em elevadas abstenções nas últimas eleições autárquicas, estar a diminuir. Contudo, segundo o modelo nos indica para 2012, quanto mais os portugueses confiarem nos políticos mais favoráveis serão à intervenção do Estado para diminuir as desigualdades.

Por outro lado, o interesse pela política (*polintr*) muda de sinal de um ano para o outro e a preocupação com os outros (*pplhlp*) também, assim os dados parecem reforçar, mais uma vez, que houve uma mudança de atitude por parte do indivíduo, que se passou a interessar mais pela política e a se preocupar mais com os que o rodeiam. Durante a crise, o desemprego atingiu muitas famílias – aumentou para 17% (OIT, 2013) –, o que as pode ter sensibilizado para a necessidade de intervir na política que norteia as suas vidas e de se preocupar com os que as rodeiam, pois podem vir a estar na mesma situação.

Reino Unido (Anexos 3, 4, 5, 8, 9, 12, 13)

As variáveis *educ* e *educ_sq* são significativas para 2008, não sendo, contudo para 2012. Como já se mencionou, a educação desempenha o papel de *proxy* do rendimento disponível. Conforme a teoria, o rendimento disponível das famílias é um dos factores de maior importância para explicar a variável dependente, na medida em que tem vindo a estar, década após década,

intimamente ligado ao nível de vida das famílias e à questão do aumento do fosso de rendimentos entre o decil mais rico e o mais pobre (Atkinson, 1995 e 1997). Para além disto, num horizonte temporal mais recente, a literatura sustenta que o rendimento antes e após a crise foi afectado pela aplicação de medidas de austeridade (Horton e Reed, 2010).

Um outro conjunto de variáveis a realçar *a priori*, no seguimento da dicotomia, apresentada na revisão de literatura, entre as políticas dos “Conservative” dos anos 80 e dos “Labour” eleitos em 1997, seriam o interesse na política e a confiança na classe política, em particular este último. Governos diferentes têm dado contributos políticos igualmente diferentes no que toca ao aumento ou à mitigação das desigualdades de rendimentos e outros problemas sociais sentidos pelos indivíduos (Jenkins, 1999). A análise empírica confirmou as nossas expectativas, sendo a variável da confiança na classe política (*trstplt*) altamente significativa no modelo em análise.

Curiosamente, e à semelhança de Portugal, os coeficientes de *trstplt* e, conseqüentemente, os seus efeitos marginais, mudam de sinal de um ano para o outro. Estima-se que, para 2008, que o aumento de um nível na variável *trstplt* – maior confiança na classe política – se traduz, *ceteris paribus*, numa redução da probabilidade de ser favorável à intervenção do Estado para corrigir desigualdades, sendo que, em 2012, o cenário é o oposto (ou seja, o aumento de um nível na variável *trstplt* traduz-se, *ceteris paribus*, num aumento da probabilidade de ser favorável à intervenção do Estado para corrigir desigualdades). O que foi dito para a variável *trstplt* pode ser exactamente replicado para a variável *ipeqopt*, relativa à importância atribuída à igualdade de oportunidades para todos, verificando-se a mesma mudança de opinião de 2008 para 2012.

A inversão do sinal do coeficiente de ambas as variáveis é um resultado intrigante que merece uma reflexão aprofundada. A inversão do coeficiente da variável *trstplt* pode estar associada ao ciclo político, uma vez que entre 2008 e 2012 houve uma alteração do partido do governo britânico. A inversão do coeficiente *ipeqopt* pode estar associada à crise económica e financeira. Aqueles que em 2008 entendiam ser importante existir igualdade de oportunidades poderiam achar que, à época, ela existia de facto e, conseqüentemente, considerarem que deveria ser a escolha dos indivíduos a diferenciá-los face à sua igualdade à partida. Com a crise económica, porém, assistiu-se à degradação de alguns mecanismos que o Estado utilizava para garantir a igualdade de oportunidades. Assim, em 2012, os indivíduos favoráveis à igualdade de oportunidades podem entender que esta não se verifica e, por conseguinte, serem favoráveis à intervenção do Estado para corrigir as desigualdades à partida.

O facto de a igualdade de oportunidades se mostrar relevante na noção de justiça da sociedade britânica indicia ainda um ponto de convergência com o exposto em (Rawls, 1971).

Já o desemprego, enquanto factor de exclusão e impulsionador da desigualdade de rendimentos entre indivíduos, é também crucial segundo (Atkinson, 1997). Ser-se desempregado

e/ou ter procurado trabalho durante 3 meses (*uemp3m*) também parece influenciar a percepção dos indivíduos, pelo menos no ano de estudo anterior à crise. Estima-se que, para 2008, *ceteris paribus*, caso o indivíduo não tenha estado em situação de desemprego, a probabilidade de ser favorável à intervenção do Estado para corrigir desigualdades diminui. Em 2012, a mesma variável não é significativa. A justificação para a perda de significância pode também ter a sua fonte na crise económica. Como a crise causou danos sociais profundos, que foram muito além da população desempregada, a fragilidade social disseminou-se, deixando as variáveis associadas ao desemprego como indícios menos claros dessa fragilidade.

Duas outras variáveis são também altamente significativas e de interessante resultado antes e após a crise – são elas a área de residência (*domicil*) e a satisfação com o seu estilo de vida (*stflife*). De acordo com os nossos dados, para 2008, estima-se que o afastamento dos centros urbanos evidencia uma menor favorabilidade à intervenção do Estado na política de rendimentos, *ceteris paribus*; em 2012, acontece o oposto, estimando-se que um maior afastamento do centro urbano evidencia uma maior disponibilidade para concordar com a intervenção do Estado. No que toca à satisfação com o seu estilo de vida, tudo o resto constante, em 2008, estima-se que quanto maior a satisfação, menor a probabilidade do indivíduo ser favorável às políticas de rendimentos. Curiosamente, em 2012, estima-se que, tudo o resto constante, quanto maior a satisfação com a vida, maior a probabilidade do indivíduo ser favorável às políticas de rendimentos. Uma explicação para este último factor poderá ter a ver com uma maior favorabilidade à mitigação de diferenças de rendimento por causa da observação da conjuntura do pós-crise e devido à diminuição das expectativas quanto à sua satisfação futura.

A importância que se atribui à riqueza (*imprich*) também é significativa no Reino Unido, facto que não se verifica para Portugal; mais uma vez, há evidências de mudança de opinião entre 2008 e 2012. Para 2008, estima-se que, tudo o resto constante, à medida que se dá menos importância à riqueza, mais se concorda que o Estado deve tomar medida de combate às desigualdades de rendimento. Para 2012, o cenário inverte-se e revela-nos um resultado interessante: à medida que se dá menos importância à riqueza, aumenta a probabilidade de se ser desfavorável às políticas de rendimento. Uma vez mais, pode encontrar-se na crise económica uma possível explicação. Em 2008, num contexto pré-crise, quanto maior fosse a ambição do indivíduo ser rico, menor seria, como esperado, a probabilidade de ser favorável a políticas redistributivas. No entanto, em 2012, em contexto de crise, os indivíduos mais ambiciosos podem mostrar-se mais sensíveis à crise social vivida por largos sectores da população, mostrando-se por isso favoráveis a políticas redistributivas.

De notar ainda que, embora não seja significativa em 2008, a idade apresenta alguma significância para 2012. Já o género dos indivíduos (*gndr*) não apresenta qualquer significância para nenhum dos modelos e períodos em estudo.

5. Conclusão e pistas para investigação futura

Conclusão da análise das estatísticas descritivas:

Os países com índice de Gini mais elevados são, com excepção do Reino Unido, os mais pobres. Os países com índices de Gini mais elevados mantêm os valores mais baixos para a variável dependente, ou seja, revelam um desejo maior da intervenção do governo na redução das desigualdades. Tais são os casos de Bulgária, Chipre, Estónia, Espanha, Portugal, Polónia e Eslovénia. Portugal é o país que responde mais positivamente à pergunta na onda de 2008 e 2012, sendo o segundo país mais desigual entre os países observados em 2008 e 2012, com a particularidade do país mais desigual ser a Bulgária, em 2008 e a Espanha em 2012.

O período analisado, durante o qual se desenvolveram a crise financeira mundial e as crises das dívidas soberanas demonstra para a variável em estudo que os cidadãos, em média, reclamam uma maior acção do governo para a redução das diferenças no rendimento.

Conclusão da análise do modelo econométrico:

Sobre a evolução da importância dos factores psicológicos – meio interno – e dos factores socioeconómicos – meio externo – é possível extrair três conclusões principais para os dois países: uma de sentido convergente e duas de sentido divergente.

Em sentido convergente, verifica-se a tendência comum de ascensão das variáveis psicológicas, em desfavor das variáveis socioeconómicas. Este resultado sugere que o despontar da crise financeira acentuou a importância que os cidadãos de ambos os países atribuem à sua opinião sobre as instituições e sobre os políticos na posição que defendem em relação à política de rendimentos. Já em sentido divergente, verifica-se que, apesar da tendência comum, os cidadãos britânicos continuam, em 2012, sensíveis aos factores socioeconómicos como determinantes da opinião, o que fica demonstrado pela significância de *domicil*. Verifica-se também que a variável *imprich* é significativa para o Reino Unido para ambos os anos, ao passo que nunca o é para Portugal, o que indicia que, em oposição ao caso português, as expectativas em relação à riqueza pessoal são determinantes para a opinião dos cidadãos britânicos, no que concerne à política de rendimentos.

Há indícios de que a crise económica provocou, inclusive, uma inversão na forma como as variáveis explicativas influenciam a variável dependente quer dos cidadãos portugueses quer dos cidadãos britânicos. Essa inversão leva-nos a concluir que a crise deixou marcas profundas na sociedade de ambos os países, conduzindo os seus cidadãos a reconsiderar factores como a confiança institucional, a sua confiança nos seus concidadãos ou o seu interesse pela política.

Há também indícios que a faixa etária é mais determinante como factor da opinião no caso britânico, em que *age* e *age_sq* são estatisticamente significativas em 2012, do que no caso português, em que a idade nunca se apresenta como estatisticamente significativa.

Por fim, é ainda possível traçar uma ponte entre a análise realizada e as Teorias da Justiça Social, elencadas na revisão da literatura. Da análise de resultados, é possível observar que entre 2008 e 2012 ocorreu uma evolução positiva no sentido de os cidadãos de ambos os países serem mais favoráveis à intervenção do Estado na política de rendimentos. Assim, parece ser possível inferir que o surgimento da crise económica aumentou o cepticismo em relação à justiça da afectação livre da economia de mercado, como defendida em (Nozick, 1974), ao passo que aumentou o reconhecimento do papel do Estado enquanto corrector das assimetrias de rendimento e garante da existência de igualdade de oportunidades, tal como propugnado em (Rawls, 1971).

Dificuldades encontradas:

A principal dificuldade sentida, no que toca à escolha das variáveis, foi tratar a variável educação (*educ*); tentámos encontrar uma variável onde existissem valores para os dois países nas duas rondas, mas todas as variáveis que considerámos que poderiam espelhar o nível de educação dos indivíduos não continham valores para pelo menos um dos países analisados. Este problema foi ultrapassado utilizando a variável *edulvla* para 2008 e *eisced* para 2012.

O facto de não termos conhecimento do software de tratamento de dados IBM SPSS 22 fez-nos ser mais morosos no tratamento dos dados do que o planeado, o que atrasou o normal curso do trabalho. Por não termos este conhecimento, por vezes, as variáveis ficavam mal codificadas, o que nos obrigava a ter de voltar a gerar os modelos todos de novo. Dado não termos qualquer contacto com o software estatístico STATA, optámos por trabalhar com o software econométrico eViews, o que nos trouxe problemas no cálculo dos efeitos marginais, obrigando-nos a recorrer à ajuda da tutora de modo a obtê-los.

Pistas para investigação futura:

Existem dois vectores de investigação que entendemos serem úteis de estudar no futuro. Um primeiro, que aprofunde o leque de países aos quais se aplica o modelo que elaborámos, procurando sistematizar as semelhanças e as diferenças dos determinantes da opinião dos indivíduos sobre a política de rendimentos para a totalidade do espaço europeu. E um segundo, uma investigação efectuada num horizonte temporal mais distante, numa fase seguinte da crise económica ou num contexto pós-crise, que permita traçar a comparação entre esse período e os analisados no nosso projecto, dando uma visão mais ampla da evolução da opinião dos cidadãos europeus sobre esta matéria em novos contextos temporais e económicos.

6. Referências Bibliográficas

Segue abaixo uma lista de referências bibliográficas pesquisadas pelos vários elementos do grupo de modo a realizar este trabalho:

- Alves, N. (2012). Uma Perspectiva sobre a Redistribuição do Rendimento em Portugal e na União Europeia. *Boletim Económico*, Banco de Portugal, 41-58.
- Atkinson, A. B. (1995). *Incomes and the Welfare State: Essays on Britain and Europe*, 1ª Ed. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Atkinson, A. B. (1995). The distribution of income in the UK and OECD countries in the twentieth century. *Oxford Review of Economic Policy*, 15 (4), 56-75.
- Atkinson, A.B. (1997). Bringing Income Distribution In From The Cold. *Economic Journal* 107, 297-321
- Bénassy-Quéré, A. et al. (2010). *Economic Policy: Theory and Practice*, 2nd ed, New York: Oxford University Press. 41.
- Business Dictionary (2014). *Incomes Policy*. Disponível em: <http://www.businessdictionary.com/definition/incomes-policy.html>. [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- Costa, H. A. (1994). A Construção do Pacto Social em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39, 119-146.
- Dauderstädt, M. e Keltek, C. (2013). *Austerity and Income Distribution in Europe: Cohesion despite Weak Growth*. Berlim: Friedrich-Ebert-Stiftung. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/10160.pdf> [acesso em: 13 de Junho de 2014]
- Department of Work and Pensions (2013). *Households Below Average Income: An analysis of the income distribution 1994/95 – 2011/12 June 2013 (United Kingdom)*. Disponível em: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/206778/full_hbai13.pdf [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- Edwards, P. (2003). *Industrial Relations: Theory and Practice*, 2ª Ed. United Kingdom: Blackwell Publishing.
- Esping-Andersen, G. (Ed.). (1996). *Welfare states in transition: national adaptations in global economies*. Sage.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. John Wiley & Sons.
- European Commission, *Eurobarometer*. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_special_en.htm [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- European Social Survey. *European Social Survey* [base de dados]. Disponível em: <http://www.europeansocialsurvey.org/> [acesso em: 8 de Junho de 2014].
- Eurostat (2014). [base de dados]. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/database> [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- Evans, Eric J. (2004). *Thatcher and Thatcherism: Second Edition*. 2ª Ed, Routledge, London.
- Ferreira, L. (2005). Dinâmica de Rendimentos, Persistência da Pobreza e Políticas Sociais em Portugal. *FEP Working Papers*. nº178.
- Hills, J. e Stewart, K. (2005). *Policies towards poverty, inequality and exclusion since 1997*. Joseph Rowntree Foundation. Disponível em: <http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/0015.pdf> [acesso em: 24 de Abril de 2014].

- Horton, T. e Reed, H. (2010). The distributional impact of the 2010 Spending Review. *Radical Statistics* 103, p. 13-24. Disponível em: <http://www.radstats.org.uk/no103/HortonReed103.pdf> [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- IMF (2009). *The Size of the Fiscal Expansion: An Analysis for the Largest Countries*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2009/020109.pdf> [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- Institute for Fiscal Studies – IFS (2013). The IFS Green Budget. *IFS*, p. 175. Disponível em: <http://www.ifs.org.uk/budgets/gb2013/gb2013.pdf> [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- Jakobsen T.G. (2011). Education and the Zeitgeist: government positions and public opinion on income distribution. *European Political Science Review*, 3 (1), 103-124.
- Jenkins, Stephen P. (1999). Trends in the UK Income Distribution. *ISER Working Paper*, Series 99-22, Institute for Social and Economic Research
- Kulin J., Svallfors S. (2013). Class, Values, and Attitudes Towards Redistribution: A European Comparison. *European Sociological Review*, 29 (2), 155-167.
- Nozic, R. (1974). *Anarchy, State, and Utopia*. New York: Basic Books.
- OECD (2011). *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*, Paris, OECD Publications.
- OIT (2013). *Enfrentar a Crise do Emprego em Portugal*. Disponível em http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/versaofinal_OIT_Relat_EnfrentarCriseEmprego_20131101.pdf [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- Pereira, P. et al (2012). *Economia e Finanças Públicas*, 4ª edição, Almedina
- Pordata (s.d.). *Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais*. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+abstencao+nas+eleicoes+para+as+Autarquias+Locais-2210> [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*, Harvard University Press.
- Rehm P. (2005). *Citizen Support for the Welfare State: Determinants of Preferences for Income Redistribution*. Wissenschaftszentrum Berlin.
- Rodrigues, C. F. (s.d.). “Desigualdade económica em Portugal”. *Observatório das Desigualdades*. Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=94>[acesso em: 13 de Junho de 2014].
- Rodrigues, C. F. (2007). Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza. Portugal nos Anos 90. *Col. Económicas*, Série II, nº 5, Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, C. F., Andrade I. (2014). Portugal - There and back again, an inequality's tale. In: Brian Nolan et al. *Changing Inequalities and Societal Impacts in Rich Countries: Thirty Countries' Experiences*. New York: Oxford University Press. 514-540.
- Rodrigues, C. F., Figueiras R. e Junqueira V. (2012). *Desigualdade Económica em Portugal*. FFMS, Lisboa: Alêtheia Editores
- Sen, Amartya (2000). Social justice and the distribution of income, in Atkinson, A. B. & Bourguignon, F. (2000). “Handbook of Income Distribution”, vol. 1, Elsevier
- The National Bureau of Economic Research (2008). *Determination of the December 2007 Peak in Economic Activity*. Disponível em: <http://www.nber.org/cycles/dec2008.html> [acesso em: 13 de Junho de 2014]

- The National Bureau of Economic Research (2010). *US Business Cycle Expansions and Contractions*. Disponível em: <http://www.nber.org/cycles/cyclesmain.html> [acesso em: 13 de Junho de 2014]
- World Bank (2014) [base de dados]. Disponível em: <http://data.worldbank.org/> [acesso em: 13 de Junho de 2014].
- Wooldridge, J. M. (2008). *Introductory Econometrics: A Modern Approach*, 4ª Ed. United States of America: South Western Cengage Learning.

7. Anexos

Anexo 1

Tabela 1.1 – Identificação das variáveis-chave para identificação do modelo a estudar

Ano	Identificação da questão	Questão relevante para análise estatística/econométrica
2012	B26*	The government should take measures to reduce differences in income levels.
2012	C1 – C28**	Subjective wellbeing, social exclusion, religion, perceived discrimination, national and ethnic identity, immigration.
2012	E15	Thinking generally rather than about [country], how important do you think it is for democracy in general... that the government takes measures to reduce differences in income levels?
2012	E29	The government in [country] takes measures to reduce differences in income levels.
2012	F1 – F60**	Socio-demographic profile, including: household composition, sex, age, marital status, type of area, education & occupation of respondent, partner, parents, union membership and income.
2010	B30*	The government should take measures to reduce differences in income levels.
2010	C1 – C36**	Subjective wellbeing, social exclusion, religion, perceived discrimination, national and ethnic identity.
2010	F1 – F69**	Socio-demographic profile, including: household composition, sex, age, marital status, type of area, education & occupation of respondent, partner, parents, union membership and income.
2008	B30*	The government should take measures to reduce differences in income levels.
2008	C1 – C36**	Subjective wellbeing, social exclusion, religion, perceived discrimination, national and ethnic identity.
2008	D1	Large differences in people's incomes are acceptable to properly reward differences in talents and efforts.
2008	F1 – F73**	Socio-demographic profile, including: household composition, sex, age, type of area, education & occupation of respondent, partner, parents, union membership, income, marital status.
2006	B30*	The government should take measures to reduce differences in income levels.
2006	C1 – C36**	Subjective wellbeing, social exclusion, religion, perceived discrimination, national and ethnic identity.

* - Questão relevante feita ao longo de todos os anos analisados (assinalada a amarelo); ** - "Core questions" relevantes para a análise.

Fonte: Feito pelos autores com base nas rondas 3, 4, 5 e 6 do ESS

Anexo 2

Tabelas 2.1, 2.2 e 2.3 – Estatísticas descritivas dos países do ESS (2012 e 2008)

2012	GINCDIF	GDP pc – PPS	Despesa (%GDP)	UEM	Desemprego	Eutf	Gini	Saúde (% pública)
Bélgica	2,21	120	17,7	1	7,6	5,31	26,6	75,9
Bulgária	1,67	47	11,6	0		6,52	33,6	56,3
Chipre	1,89	92	14,7	1		4,77	31	43,1
Rep. Checa	2,3	81	13,9	0	7	4,82	24,9	84,8
Alemanha	2,16	123	16,1	1	5,5	5,54	28,3	76,3
Dinamarca	2,98	126	17,2	1	7,5	5,72	28,1	85,5
Estónia	1,94	71	11	1	10	4,5	32,5	79,9
Espanha	1,89	96	16,3	1	24,8	6	35	73,6
Finlândia	2,05	115	18,8	1	7,7	4,26	25,9	75,4
Reino Unido	2,37	106	15,5	0	7,9	4,01	32,8	82,5
Irlanda	2,03	129	15	1	14,7	4,51	29,9	64,4
Holanda	2,61	128	12,2	1	5,3	5,13	25,4	79,8
Noruega	2,51	195	13,3	0	3,2	4,58	22,6	85,1
Polónia	1,97	67	14,2	0	10,1	5,71	30,9	70,1
Portugal	1,6	76	18	1	15,9	4,53	34,5	62,6
Suécia	2,18	126	14,5	0	8	4,69	24,8	81,7
Eslovénia	1,75	84	17,6	1	8,8	5,33	23,7	73,3
Eslováquia	2,06	76	13,8	1	14	4,9	25,3	70,5

2008	GINCDIF	GDP pc – PPS	Despesa (%GDP)	UEM	Desemprego	Eutf	Gini	Saúde (% pública)
Bélgica	2,23	116	15,8	1	7	5,36	27,5	74,9
Bulgária	1,91	44	10,1	0	missing	7,2	35,9	58,5
Chipre	1,97	100	12,1	1	missing	5,75	29	41,4
Rep. Checa	2,55	81	12,4	0	4,4	5,08	24,7	82,5
Alemanha	2,38	116	16,3	1	7,5	5,25	30,2	76,4
Dinamarca	2,9	125	14,7	1	3,4	5,71	25,1	84,7
Estónia	2,22	69	10,5	0	5,4	5,47	30,9	79
Espanha	2	104	12,5	1	11,3	5,29	31,9	73
Finlândia	2,05	119	15,3	1	6,4	4,51	26,3	74,5
Reino Unido	2,5	114	13	0	5,6	4,15	33,9	81,1
Irlanda	2,2	132	12,3	1	6	4,96	29,9	75,4
Holanda	2,61	134	10,3	1	2,8	5,53	27,6	78,9
Noruega	2,47	192	11,6	0	2,5	4,91	25,1	84,6
Polónia	2,14	56	14	0	7,1	6,48	32	71,8
Portugal	1,8	78	15,1	1	7,6	5,12	35,8	65,3
Suécia	2,3	124	14,4	0	6,2	4,98	24	81,5
Eslovénia	1,84	91	14,7	1	4,4	5,63	23,4	74
Eslováquia	2,18	73	11,4	0	9,5	5,82	23,7	67,8

GINCDIF	2008	2012
UEM	2,2	2,1
no UEM	2,28	2,17

GINCDIF	2008	2012
Intervenção	2	1,84

Tabela 2.4 – Particularização dos Estados Sociais-Democratas (2012 e 2008)

2012	GINCDIF	GDP pc – PPS	Despesa (%GDP)	Desemprego	Euff	Gini	Saúde (% pública)
Dinamarca	2,98	126	17,2	7,5	5,72	28,1	85,5
Finlândia	2,05	115	18,8	7,7	4,26	25,9	75,4
Noruega	2,51	195	13,3	3,2	4,58	22,6	85,1
Suécia	2,18	126	14,5	8	4,69	24,8	81,7
	2,43	140,5	15,95	6,6	4,81	25,35	81,93
2008	GINCDIF	GDP pc – PPS	Despesa (%GDP)	Desemprego	Euff	Gini	Saúde (% pública)
Dinamarca	2,9	125	14,7	3,4	5,71	25,1	84,7
Finlândia	2,05	119	15,3	6,4	4,51	26,3	74,5
Noruega	2,47	192	11,6	2,5	4,91	25,1	84,6
Suécia	2,3	124	14,4	6,2	4,98	24	81,5
	2,43	140	14	4,63	5,03	25,13	81,33

Tabela 2.5 – Particularização dos Estados Liberais (2012 e 2008)

2012	GINCDIF	GDP pc – PPS	Despesa (%GDP)	Desemprego	Euff	Gini	Saúde (% pública)
Irlanda	2,03	129	15	14,7	4,51	29,9	64,4
Reino Unido	2,37	106	15,5	7,9	4,01	32,8	82,5
	2,2	117,5	15,25	11,3	4,26	31,35	73,45
2008	GINCDIF	GDP pc – PPS	Despesa (%GDP)	Desemprego	Euff	Gini	Saúde (% pública)
Reino Unido	2,5	114	13	5,6	4,15	33,9	81,1
Irlanda	2,2	132	12,3	6	4,96	29,9	75,4
	2,35	123	12,65	5,8	4,56	31,9	78,25

Tabela 2.6 – Particularização dos Estados Corporativos (2012 e 2008)

2012	GINCDIF	GDP pc – PPS	Despesa (%GDP)	Desemprego	Euff	Gini	Saúde (% pública)
Espanha	1,89	96	16,3	24,8	6	35	73,6
Alemanha	2,16	123	16,1	5,5	5,54	28,3	76,3
Bélgica	2,21	120	17,7	7,6	5,31	26,6	75,9
	2,09	113	16,7	12,63	5,62	29,97	75,27
2008	GINCDIF	GDP pc – PPS	Despesa (%GDP)	Desemprego	Euff	Gini	Saúde (% pública)
Alemanha	2,38	116	16,3	7,5	5,25	30,2	76,4
Bélgica	2,23	116	15,8	7	5,36	27,5	74,9
Espanha	2	104	12,5	11,3	5,29	31,9	73
	2,2	112	14,87	8,6	5,3	29,87	74,77

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base nas rondas 4 e 6 do ESS, em dados do Eurostat, da OECD e do Banco Mundial.

Anexo 3

Tabela 3.1 – Tabela de Descrição de Variáveis

TABELA DE DESCRIÇÃO DE VARIÁVEIS* (Descrições em Inglês para que não haja perda de informação)			
Variáveis (código)		Descrição	Valores que assume
Ponderador			
dweight		Design weight	N/A
Variável dependente			
gincbinary		Government should reduce differences in income levels	(0-caso contrário; 1-agree strongly)
Variáveis independentes			
Código nos modelos	Código no ESS		
age	agea	Age of respondent, calculated	Números naturais
age_sq	agea^2	Age of respondent, calculated, squared	Números naturais
domicil	domicil	Domicile, respondent's description	(1-A big city; 2-Suburbs or outskirts of big city; 3-Town or small city; 4-Country village; 5-Farm or home in countryside)
educ	edulvla (2008)	Highest level of education	(0-Not possible to harmonise into 5-level ISCED; 1-Less than lower secondary education (ISCED 0-1); 2-Lower secondary education completed (ISCED 2); 3-Upper secondary education completed (ISCED 3); 4-Post-secondary non-tertiary education completed (ISCED 4); 5-Tertiary education completed (ISCED 5-6))
	eisced (2012)	Highest level of education, ES - ISCED	(0-Not possible to harmonise into ES-ISCED; 1-ES-ISCED I, less than lower secondary; 2-ES-ISCED II, lower secondary; 3-ES-ISCED IIIb, upper secondary, vocational or no access V1; 4-ES-ISCED IIIa, upper secondary, general and/or access to V1; 5-ES-ISCED IV, advanced vocational, sub-degree; 6-ES-ISCED V1, lower tertiary education, BA level; ES-ISCED V2, higher tertiary education, >= MA level)
educ_sq	edulvla^2	Highest level of education, squared	(0 to 25)
	eisced^2	Highest level of education, ES - ISCED, squared	(0 to 49)
gndr (dummy)	gndr	Gender	(0-male; 1-female)
imprich	imprich	Important to be rich, have money and expensive things	(1-Very much like me; 2-Like me; 3-Somewhat like me; 4-A little like me; 5-Not like me; 6-Not like me at all)
inc	hinctnta	Household's total net income, all sources	(1-1st decile; ...; 10-10th decile)
ipeqopt	ipeqopt	... that people are treated equally and have equal oppo	(1-Very much like me; 2-Like me; 3-Somewhat like me; 4-A little like me; 5-Not like me; 6-Not like me at all)
polintr	polintr	How interested in politics	(1-Very interested, 2-Quite interested; 3-Hardly interested; 4-Not at all interested)
pplhip	pplhip	Most of the time people helpful or mostly looking out for themselves	(0-People mostly look out for themselves; ...; 10-People mostly try to be helpful)
stflife	stflife	How satisfied with life as a whole	(0-Extremely dissatisfied; ...; 10-Extremely satisfied)
trstplt	trstplt	Trust in politicians	(0-No trust at all; ...; 10-Complete trust)
uemp3m (dummy)	uemp3m	Ever unemployed and seeking work for a period more than three months	(0-Yes; 1-No)
wrkctra1 (dummy)	wrkctra1	Employment contract - unlimited	(0-otherwise; 1-unlimited)
wrkctra2 (dummy)	wrkctra2	Employment contract - limited duration	(0-otherwise; 1-limited)
wrkctra3 (dummy)	wrkctra3	Employment contract no contract	(0-otherwise; 1-no contract)

Fonte: Feito pelos autores com base nas rondas 4 e 6 do ESS.

Tabela 4.1 – Tabela de Significâncias do MODELO 1

MODELO 1 (PROBIT) – VARIÁVEL EXPLICADA – GINCBINARY “O governo deve tomar medidas para reduzir diferenças de rendimento” <i>(Variável binária que assume o valor 1, se concorda fortemente, e 0, caso contrário)</i>					
Variáveis explicativas (código)	Variáveis explicativas* (significado)	2008		2012	
		Portugal (PT)	Reino Unido (UK)	Portugal (PT)	Reino Unido (UK)
AGE	Idade	++	∅	∅	--
AGE_SQ	Idade ao quadrado	--	∅	∅	++
DOMICIL	Residência	∅	∅	∅	++
EDUC	Educação	∅	∅	∅	∅
EDUC_SQ	Educação ao quadrado	∅	∅	∅	∅
IMPRICH	Importância de ser rico	++	∅	∅	∅
INC	Rendimento	∅	--	∅	+++
IPEQOPT	Igualdade de oportunidades para todas as pessoas	∅	---	+++	+++
GNDR	Género	∅	∅	∅	∅
POLINTR	Interesse por política	∅	∅	∅	∅
PPLHLP	Preocupado mais consigo ou com os outros	∅	∅	+++	∅
STFLIFE	Satisfação com a vida	∅	-	∅	∅
TRSTPLT	Confiança na classe política	∅	---	+++	+++
UEMP3M	Desempregado ou à procura de emprego por um período de 3 meses	∅	---	∅	∅
WRKCTRA2	Contrato de trabalho limitado (dummy)	∅	∅	∅	∅
WRKCTRA3	Sem contrato de trabalho (dummy)	∅	∅	∅	∅
Número de observações		643	1676	981	1380

Legenda:

∅ – Estatisticamente não significativa ao nível de 10%.

+ – Coeficiente positivo e estatisticamente significativa ao nível de 10%.

++ – Coeficiente positivo e estatisticamente significativa ao nível de 5%.

+++ – Coeficiente positivo e estatisticamente significativa ao nível de 1%.

-- Coeficiente negativo e estatisticamente significativa ao nível de 10%.

--- Coeficiente negativo e estatisticamente significativa ao nível de 5%.

---- Coeficiente negativo e estatisticamente significativa ao nível de 1%.

* – Descrições mais detalhadas de cada variável em “Tabela de Descrição de Variáveis”.

Fonte: Análise feita pelos autores com base nas rondas 4 e 6 do ESS.

Tabela 5.1 – Tabela de Significâncias do MODELO 2

MODELO 2** (PROBIT) – VARIÁVEL EXPLICADA – GINCBINARY “O governo deve tomar medidas para reduzir diferenças de rendimento” <i>(Variável binária que assume o valor 1, se concorda fortemente, e 0, caso contrário)</i>					
Variáveis explicativas (código)	Variáveis explicativas* (descrição)	2008		2012	
		Portugal (PT)	Reino Unido (UK)	Portugal (PT)	Reino Unido (UK)
AGE	Idade	∅	∅	∅	-
AGE_SQ	Idade ao quadrado	∅	∅	∅	+
DOMICIL	Residência	∅	---	∅	+++
EDUC	Educação	+	--	∅	∅
EDUC_SQ	Educação ao quadrado	--	+	∅	∅
IMPRICH	Importância de ser rico	∅	+	∅	--
IPEQOPT	Igualdade de oportunidades para todas as pessoas	---	---	+++	+++
GNDR	Género	∅	∅	∅	∅
POLINTR	Interesse por política	-	∅	+	+
PPLHLP	Preocupado mais consigo ou com os outros	---	∅	+++	∅
STFLIFE	Satisfação com a vida	∅	---	∅	+++
TRSTPLT	Confiança na classe política	---	---	+++	+++
UEMP3M	Desempregado ou à procura de emprego por um período de 3 meses	---	---	∅	∅
Número de observações		2196	2234	2070	2086

Legenda:

∅ – Estatisticamente não significativa ao nível de 10%.

+ – Coeficiente positivo e estatisticamente significativa ao nível de 10%.

++ – Coeficiente positivo e estatisticamente significativa ao nível de 5%.

+++ – Coeficiente positivo e estatisticamente significativa ao nível de 1%.

-- Coeficiente negativo e estatisticamente significativa ao nível de 10%.

--- Coeficiente negativo e estatisticamente significativa ao nível de 5%.

---- Coeficiente negativo e estatisticamente significativa ao nível de 1%.

* – Descrições mais detalhadas de cada variável em “Tabela de Descrição de Variáveis”.

** – Modelo restrito (Variáveis INC, WRKCTRA2 e WRKCTRA3 excluídas face ao Modelo 1).

Fonte: Análise feita pelos autores com base nas rondas 4 e 6 do ESS.

Anexo 6

OUTPUT DO MODELO 1 (PROBIT) – PORTUGAL 2008

Dependent Variable: GINCBINARY
 Method: ML - Binary Probit (Quadratic hill climbing)
 Date: 06/12/14 Time: 22:35
 Sample (adjusted): 2 2257
 Included observations: 643 after adjustments
 Convergence achieved after 5 iterations
 Covariance matrix computed using second derivatives

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	-1.017896	0.706150	-1.441473	0.1495
GNDR	-0.004048	0.105257	-0.038454	0.9693
EDUC	0.048157	0.199452	0.241444	0.8092
EDUC_SQ	-0.025476	0.032837	-0.775847	0.4378
AGE	0.038205	0.018536	2.061073	0.0393
AGE_SQ	-0.000352	0.000172	-2.045506	0.0408
INC	0.031473	0.026136	1.204226	0.2285
UEMP3M	-0.032743	0.136404	-0.240044	0.8103
DOMICIL	-0.067014	0.044602	-1.502489	0.1330
WRKCTRA2	0.055413	0.159966	0.346406	0.7290
WRKCTRA3	-0.210015	0.153854	-1.365026	0.1722
PPLHP	-0.035227	0.024149	-1.458749	0.1446
TRSTPLT	-0.037092	0.025497	-1.454782	0.1457
POLINTR	-0.070201	0.068034	-1.031852	0.3021
STFLIFE	0.018584	0.024712	0.752021	0.4520
IMPRICH	0.088603	0.041048	2.158546	0.0309
IPEQOPT	-0.005074	0.049122	-0.103295	0.9177
McFadden R-squared	0.031017	Mean dependent var	0.407465	
S.D. dependent var	0.491745	S.E. of regression	0.487598	
Akaike info criterion	1.362793	Sum squared resid	148.8327	
Schwarz criterion	1.480871	Log likelihood	421.1379	
Hannan-Quinn criter.	1.408615	Deviance	842.2758	
Restr. deviance	869.2365	Restr. log likelihood	434.6182	
LR statistic	26.96072	Avg. log likelihood	0.654958	
Prob(LR statistic)	0.041922			
Obs with Dep=0	381	Total obs	643	
Obs with Dep=1	262			

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base nas rondas 4 e 6 do ESS.

OUTPUT DO MODELO 1 (PROBIT) – PORTUGAL 2012

Dependent Variable: GINCBINARY
 Method: ML - Binary Probit (Quadratic hill climbing)
 Date: 06/13/14 Time: 03:08
 Sample (adjusted): 3 2150
 Included observations: 981 after adjustments
 Convergence achieved after 7 iterations
 Covariance matrix computed using second derivatives

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	-1.114034	0.518652	-2.147940	0.0317
GNDR	-0.012042	0.086315	-0.139513	0.8890
EDUC	-0.062034	0.111567	-0.556023	0.5782
EDUC_SQ	0.002687	0.014990	0.179243	0.8577
AGE	0.003137	0.012730	0.246439	0.8053
AGE_SQ	2.21E-05	0.000120	0.184267	0.8538
INC	-0.032893	0.021745	-1.512688	0.1304
UEMP3M	-0.046530	0.106281	-0.437804	0.6615
DOMICIL	0.028859	0.034092	0.846530	0.3973
WRKCTRA2	0.089035	0.142318	0.625606	0.5316
WRKCTRA3	-0.137769	0.129628	-1.062807	0.2879
PPLHLP	0.074180	0.020367	3.642178	0.0003
TRSTPLT	0.109739	0.025172	4.359546	0.0000
POLINTR	0.073373	0.049863	1.471502	0.1412
STFLIFE	0.020131	0.020342	0.989626	0.3224
IMPRICH	0.010151	0.036277	0.279816	0.7796
IPEQOPT	0.123538	0.046686	2.646158	0.0081
McFadden R-squared	0.052703	Mean dependent var	0.522936	
S.D. dependent var	0.499728	S.E. of regression	0.485802	
Akaike info criterion	1.345897	Sum squared resid	227.5072	
Schwarz criterion	1.430612	Log likelihood	643.1624	
Hannan-Quinn criter.	1.378125	Deviance	1286.325	
Restr. deviance	1357.890	Restr. log likelihood	678.9449	
LR statistic	71.56503	Avg. log likelihood	0.655619	
Prob(LR statistic)	0.000000			
Obs with Dep=0	468	Total obs	981	
Obs with Dep=1	513			

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base na ronda 6 do ESS.

OUTPUT DO MODELO 1 (PROBIT) – REINO UNIDO 2008

Dependent Variable: GINCBINARY
 Method: ML - Binary Probit (Quadratic hill climbing)
 Date: 06/12/14 Time: 22:39
 Sample (adjusted): 2 2349
 Included observations: 1676 after adjustments
 Convergence achieved after 6 iterations
 Covariance matrix computed using second derivatives

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	0.732459	0.450284	1.626660	0.1038
GNDR	0.038154	0.076584	0.498203	0.6183
EDUC	-0.203146	0.167355	-1.213862	0.2248
EDUC_SQ	0.026298	0.025891	1.015729	0.3098
AGE	0.005504	0.012189	0.451529	0.6516
AGE_SQ	-6.23E-05	0.000119	-0.523418	0.6007
INC	-0.036595	0.015231	-2.402691	0.0163
UEMP3M	-0.238033	0.087869	-2.708957	0.0067
DOMICIL	-0.065039	0.041621	-1.562644	0.1181
WRKCTRA2	-0.036282	0.129225	-0.280766	0.7789
WRKCTRA3	0.050148	0.096095	0.521852	0.6018
PPLHLP	-0.017342	0.018288	-0.948277	0.3430
TRSTPLT	-0.072125	0.017844	-4.042073	0.0001
POLINTR	-0.053349	0.045030	-1.184760	0.2361
STFLIFE	-0.032534	0.017890	-1.818556	0.0690
IMPRICH	0.040182	0.029282	1.372226	0.1700
IPEQOPT	-0.187980	0.035836	-5.245594	0.0000
McFadden R-squared	0.061634	Mean dependent var	0.184368	
S.D. dependent var	0.387899	S.E. of regression	0.376834	
Akaike info criterion	0.917274	Sum squared resid	235.5840	
Schwarz criterion	0.972292	Log likelihood	751.6754	
Hannan-Quinn criter.	0.937656	Deviance	1503.351	
Restr. deviance	1602.095	Restr. log likelihood	801.0475	
LR statistic	98.74422	Avg. log likelihood	0.448494	
Prob(LR statistic)	0.000000			
Obs with Dep=0	1367	Total obs	1676	
Obs with Dep=1	309			

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base na ronda 4 do ESS.

OUTPUT DO MODELO 1 (PROBIT) – REINO UNIDO 2012

Dependent Variable: GINCBINARY
 Method: ML - Binary Probit (Quadratic hill climbing)
 Date: 06/12/14 Time: 22:42
 Sample (adjusted): 1 2285
 Included observations: 1380 after adjustments
 Convergence achieved after 5 iterations
 Covariance matrix computed using second derivatives

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	0.293874	0.502220	0.585150	0.5584
GNDR	0.058076	0.085698	0.677682	0.4980
EDUC	0.062371	0.095605	0.652385	0.5142
EDUC_SQ	-0.011541	0.011991	-0.962477	0.3358
AGE	-0.031753	0.014451	-2.197282	0.0280
AGE_SQ	0.000312	0.000138	2.263933	0.0236
INC	0.063586	0.016770	3.791708	0.0001
UEMP3M	-0.072894	0.100627	-0.724390	0.4688
DOMICIL	0.095209	0.046639	2.041398	0.0412
WRKCTRA2	0.000552	0.132701	0.004163	0.9967
WRKCTRA3	0.146483	0.117201	1.249839	0.2114
PPLHLP	-0.026378	0.023018	-1.145951	0.2518
TRSTPLT	0.108458	0.020167	5.378006	0.0000
POLINTR	0.042187	0.049248	0.856609	0.3917
STFLIFE	0.034838	0.021206	1.642779	0.1004
IMPRICH	-0.032232	0.033290	-0.968197	0.3329
IPEQOPT	0.159169	0.044762	3.555903	0.0004
McFadden R-squared	0.067163	Mean dependent var	0.818841	
S.D. dependent var	0.385290	S.E. of regression	0.375234	
Akaike info criterion	0.907376	Sum squared resid	191.9106	
			-	
Schwarz criterion	0.971802	Log likelihood	609.0896	
Hannan-Quinn criter.	0.931477	Deviance	1218.179	
			-	
Restr. deviance	1305.886	Restr. log likelihood	652.9429	
			-	
LR statistic	87.70664	Avg. log likelihood	0.441369	
Prob(LR statistic)	0.000000			
Obs with Dep=0	250	Total obs	1380	
Obs with Dep=1	1130			

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base na ronda 6 do ESS.

Anexo 10

OUTPUT DO MODELO 2 (PROBIT) – PORTUGAL 2008

```
. probit ginbinary gndr educ educ_sq age age_sq uemp3m domicil pplhp trstplt polintr
> stflife imprich ipeqopt
```

```
Iteration 0: log likelihood = -1425.7137
Iteration 1: log likelihood = -1389.3784
Iteration 2: log likelihood = -1389.337
Iteration 3: log likelihood = -1389.337
```

```
Probit regression                               Number of obs   =       2196
                                                LR chi2(13)    =       72.75
                                                Prob > chi2    =       0.0000
Log likelihood = -1389.337                    Pseudo R2      =       0.0255
```

ginbinary	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
gndr	.0625027	.0583451	1.07	0.284	-.0518515	.1768569
educ	.2108891	.1146961	1.84	0.066	-.0139111	.4356893
educ_sq	-.0441512	.0192269	-2.30	0.022	-.0818353	-.0064672
age	.0116509	.0082513	1.41	0.158	-.0045214	.0278233
age_sq	-.000091	.0000783	-1.16	0.245	-.0002445	.0000625
uemp3m	-.2069974	.0761337	-2.72	0.007	-.3562166	-.0577781
domicil	-.0120588	.0240291	-0.50	0.616	-.0591551	.0350374
pplhp	-.0383913	.0133083	-2.88	0.004	-.0644751	-.0123075
trstplt	-.0447401	.0141214	-3.17	0.002	-.0724176	-.0170626
polintr	-.0586003	.0347316	-1.69	0.092	-.1266729	.0094724
stflife	-.0179352	.0129434	-1.39	0.166	-.0433039	.0074334
imprich	.0104789	.0228967	0.46	0.647	-.0343978	.0553557
ipeqopt	-.1037734	.026474	-3.92	0.000	-.1556615	-.0518852
_cons	.0155538	.3475161	0.04	0.964	-.6655653	.6966728

```
. mfx
.
```

```
Marginal effects after probit
y = Pr(ginbinary) (predict)
= .3490892
```

variable	dy/dx	Std. Err.	z	P> z	[95% C.I.]		X
gndr*	.0230697	.02148	1.07	0.283	-.019024	.065163	.599271
educ	.0780389	.04244	1.84	0.066	-.005137	.161215	1.97086
educ_sq	-.016338	.00711	-2.30	0.022	-.03028	-.002396	5.68579
age	.0043114	.00305	1.41	0.158	-.001672	.010295	52.2901
age_sq	-.0000337	.00003	-1.16	0.245	-.00009	.000023	3126.23
uemp3m*	-.0783631	.02936	-2.67	0.008	-.135908	-.020819	.833333
domicil	-.0044623	.00889	-0.50	0.616	-.02189	.012965	2.65847
pplhp	-.0142066	.00492	-2.89	0.004	-.023858	-.004555	3.80419
trstplt	-.0165559	.00522	-3.17	0.002	-.026795	-.006317	2.39344
polintr	-.0216849	.01285	-1.69	0.092	-.046873	.003503	3.00501
stflife	-.0066369	.00479	-1.39	0.166	-.016024	.002751	5.6275
imprich	.0038777	.00847	0.46	0.647	-.012729	.020484	4.17987
ipeqopt	-.038401	.00979	-3.92	0.000	-.057591	-.019211	2.3051

(*) dy/dx is for discrete change of dummy variable from 0 to 1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base na ronda 4 do ESS.

Anexo 11

OUTPUT DO MODELO 2 (PROBIT) – PORTUGAL 2012

```
. probit ginbinary gndr educ educ_sq age age_sq uemp3m domicil pphlp trstplt polin
> tr stflife imprich ipeqopt
```

```
Iteration 0: log likelihood = -1433.1098
Iteration 1: log likelihood = -1366.6701
Iteration 2: log likelihood = -1366.5327
Iteration 3: log likelihood = -1366.5327
```

```
Probit regression                               Number of obs   =       2070
                                                LR chi2(13)    =       133.15
                                                Prob > chi2    =       0.0000
Log likelihood = -1366.5327                    Pseudo R2      =       0.0465
```

ginbinary	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]
gndr	-.0357576	.0586873	-0.61	0.542	-.1507826 .0792674
educ	-.061244	.0741771	-0.83	0.409	-.2066285 .0841404
educ_sq	.006583	.0099467	0.66	0.508	-.0129122 .0260781
age	-.0087471	.0085429	-1.02	0.306	-.0254908 .0079967
age_sq	.0001189	.0000818	1.45	0.146	-.0000413 .0002792
uemp3m	.0519937	.0672152	0.77	0.439	-.0797456 .1837331
domicil	.0283996	.0240675	1.18	0.238	-.0187719 .0755711
pphlp	.060351	.0134661	4.48	0.000	.0339579 .0867442
trstplt	.0885747	.0163843	5.41	0.000	.056462 .1206874
polintr	.0613857	.0341754	1.80	0.072	-.0055969 .1283682
stflife	.0090637	.0137169	0.66	0.509	-.0178209 .0359484
imprich	-.0221742	.0248423	-0.89	0.372	-.0708642 .0265158
ipeqopt	.2080882	.0310828	6.69	0.000	.147167 .2690095
_cons	-.8440835	.3432777	-2.46	0.014	-1.516895 -.1712716

Marginal effects after probit

```
y = Pr(ginbinary) (predict)
= .52193669
```

variable	dy/dx	Std. Err.	z	P> z	[95% C.I.]	X
gndr*	-.0142399	.02336	-0.61	0.542	-.060032 .031553	.601449
educ	-.0243959	.02955	-0.83	0.409	-.082308 .033517	2.33237
educ_sq	.0026222	.00396	0.66	0.508	-.005143 .010388	8.70338
age	-.0034843	.0034	-1.02	0.306	-.010154 .003185	51.9971
age_sq	.0000474	.00003	1.45	0.146	-.000016 .000111	3060.78
uemp3m*	.0207206	.02679	0.77	0.439	-.031795 .073236	.721739
domicil	.0113127	.00959	1.18	0.238	-.007478 .030103	2.49372
pphlp	.0240402	.00536	4.48	0.000	.013527 .034554	3.76232
trstplt	.0352828	.00653	5.41	0.000	.022492 .048073	1.8087
polintr	.0244523	.01361	1.80	0.072	-.002229 .051134	3.07488
stflife	.0036104	.00546	0.66	0.509	-.007099 .01432	5.97101
imprich	-.0088329	.0099	-0.89	0.372	-.028228 .010562	4.23285
ipeqopt	.0828897	.01238	6.69	0.000	.058624 .107156	2.17391

(*) dy/dx is for discrete change of dummy variable from 0 to 1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base na ronda 6 do ESS.

Anexo 12

OUTPUT DO MODELO 2 (PROBIT) – REINO UNIDO 2008

```
. probit ginbinary gndr educ educ_sq age age_sq uemp3m domicil pplhlp trstplt polintr
> r stflife imprich ipeqopt
```

```
Iteration 0: log likelihood = -1049.8716
Iteration 1: log likelihood = -979.59893
Iteration 2: log likelihood = -978.76367
Iteration 3: log likelihood = -978.76361
```

```
Probit regression                               Number of obs   =       2234
                                                LR chi2(13)    =       142.22
                                                Prob > chi2    =       0.0000
Log likelihood = -978.76361                    Pseudo R2      =       0.0677
```

ginbinary	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
gndr	.0524877	.0665513	0.79	0.430	-.0779504	.1829257
educ	-.2980682	.1440758	-2.07	0.039	-.5804516	-.0156847
educ_sq	.0379171	.0225147	1.68	0.092	-.0062109	.082045
age	.0025835	.009754	0.26	0.791	-.016534	.0217011
age_sq	-.0000205	.0000948	-0.22	0.828	-.0002063	.0001652
uemp3m	-.240139	.0766006	-3.13	0.002	-.3902734	-.0900046
domicil	-.0975577	.0353631	-2.76	0.006	-.166868	-.0282473
pplhlp	-.0149074	.0163287	-0.91	0.361	-.0469111	.0170962
trstplt	-.0699833	.015366	-4.55	0.000	-.1001001	-.0398664
polintr	-.0549562	.039004	-1.41	0.159	-.1314026	.0214902
stflife	-.0493659	.0152178	-3.24	0.001	-.0791923	-.0195395
imprich	.0414908	.0251453	1.65	0.099	-.007793	.0907746
ipeqopt	-.2265868	.0324195	-6.99	0.000	-.2901279	-.1630457
_cons	.9704474	.3766663	2.58	0.010	.2321952	1.7087

```
. mfx
```

```
.
Marginal effects after probit
y = Pr(ginbinary) (predict)
= .16251414
```

variable	dy/dx	Std. Err.	z	P> z	[95% C.I.]		X
gndr*	.0128733	.01628	0.79	0.429	-.019039	.044786	.542077
educ	-.0732649	.0354	-2.07	0.038	-.14265	-.00388	3.22516
educ_sq	.00932	.00553	1.68	0.092	-.001524	.020164	13.3138
age	.000635	.0024	0.26	0.791	-.004064	.005334	49.0224
age_sq	-5.05e-06	.00002	-0.22	0.828	-.000051	.000041	2741.68
uemp3m*	-.062919	.02125	-2.96	0.003	-.104562	-.021276	.781558
domicil	-.0239796	.00869	-2.76	0.006	-.041005	-.006954	2.8769
pplhlp	-.0036642	.00401	-0.91	0.361	-.011529	.0042	5.62892
trstplt	-.0172018	.00377	-4.57	0.000	-.024582	-.009822	3.52014
polintr	-.0135082	.00958	-1.41	0.159	-.032291	.005274	2.43465
stflife	-.0121341	.00374	-3.24	0.001	-.019464	-.004804	7.03536
imprich	.0101984	.00618	1.65	0.099	-.001911	.022308	4.28962
ipeqopt	-.0556948	.00784	-7.11	0.000	-.071056	-.040334	2.18532

(*) dy/dx is for discrete change of dummy variable from 0 to 1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base na ronda 4 do ESS.

Anexo 13

OUTPUT DO MODELO 2 (PROBIT) – REINO UNIDO 2012

```
. probit ginbinary gndr educ educ_sq age age_sq uemp3m domicil pplhlp trstplt polintr
> r stflife imprich ipeqopt
```

```
Iteration 0: log likelihood = -957.8912
Iteration 1: log likelihood = -902.55061
Iteration 2: log likelihood = -901.89729
Iteration 3: log likelihood = -901.89724
```

```
Probit regression                               Number of obs   =       2086
                                                LR chi2(13)    =       111.99
                                                Prob > chi2    =       0.0000
Log likelihood = -901.89724                    Pseudo R2      =       0.0585
```

ginbinary	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
gndr	.056661	.0690881	0.82	0.412	-.0787492	.1920713
educ	.0426224	.077716	0.55	0.583	-.1096981	.1949429
educ_sq	-.0054999	.0098527	-0.56	0.577	-.0248109	.0138111
age	-.018741	.0103736	-1.81	0.071	-.0390728	.0015909
age_sq	.0001755	.0000999	1.76	0.079	-.0000203	.0003713
uemp3m	-.0359307	.081951	-0.44	0.661	-.1965517	.1246903
domicil	.1050019	.0367578	2.86	0.004	.0329581	.1770458
pplhlp	.0004485	.0181399	0.02	0.980	-.035105	.0360019
trstplt	.0817212	.0162848	5.02	0.000	.0498036	.1136387
polintr	.0651992	.0389903	1.67	0.094	-.0112203	.1416187
stflife	.0618797	.0167306	3.70	0.000	.0290885	.094671
imprich	-.0552042	.0267971	-2.06	0.039	-.1077255	-.0026829
ipeqopt	.198538	.0366367	5.42	0.000	.1267315	.2703446
_cons	.0061915	.3684436	0.02	0.987	-.7159446	.7283277

Marginal effects after probit

```
. y = Pr(ginbinary) (predict)
= .84266753
```

variable	dy/dx	Std. Err.	z	P> z	[95% C.I.]		X
gndr*	.0136951	.01677	0.82	0.414	-.019172	.046562	.577181
educ	.0102568	.0187	0.55	0.583	-.026395	.046909	3.53212
educ_sq	-.0013235	.00237	-0.56	0.577	-.00597	.003323	16.5676
age	-.0045099	.00249	-1.81	0.070	-.009395	.000375	51.6774
age_sq	.0000422	.00002	1.76	0.079	-4.8e-06	.000089	3023.55
uemp3m*	-.0085643	.01934	-0.44	0.658	-.046474	.029346	.763183
domicil	.0252681	.00882	2.87	0.004	.007983	.042553	2.84228
pplhlp	.0001079	.00437	0.02	0.980	-.008448	.008664	5.82215
trstplt	.0196657	.0039	5.05	0.000	.012028	.027303	3.57478
polintr	.0156898	.00938	1.67	0.094	-.002698	.034077	2.57622
stflife	.014891	.00402	3.70	0.000	.007008	.022775	7.27277
imprich	-.0132846	.00644	-2.06	0.039	-.025904	-.000665	4.21956
ipeqopt	.047777	.0087	5.49	0.000	.030716	.064838	1.9861

(*) dy/dx is for discrete change of dummy variable from 0 to 1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base na ronda 6 do ESS.

Tabela 14.4 – Tabela de Correlação do MODELO 1 – Reino Unido 2012

	AGE	AGE_SQ	DOMICIL	EDUC	EDUC_SQ	GINCBINA	GNDR	IMPRICH	INC	IPEQOPT	POLINTR	PPLHLP	STFLIFE	TRSTPLT	UEMP3M	WRKCTRA	WRKCTRA	WRKCTRA3
AGE	1.000.000	0.985065	0.093233	-0.304038	-0.254792	-0.005161	-0.011695	0.217055	-0.243177	0.036726	-0.106302	0.200782	0.149710	0.031650	0.197155	-0.052048	-0.094901	0.142339
AGE_SQ	0.985065	1.000.000	0.087346	-0.320023	-0.268836	0.005124	-0.010382	0.211744	-0.271163	0.040826	-0.091193	0.209655	0.166127	0.042012	0.208604	-0.078073	-0.090695	0.169996
DOMICIL	0.093233	0.087346	1.000.000	-0.016126	-0.037061	0.055052	0.005205	0.067189	0.034723	0.007362	-0.040332	0.026958	0.046170	-0.008030	0.033403	-0.006448	-0.013959	0.019489
EDUC	-0.304038	-0.320023	-0.016126	1.000.000	0.975228	0.001777	-0.036387	0.000110	0.471359	-0.078709	-0.331509	0.067965	0.072799	0.095907	0.032415	0.128414	0.025220	-0.175188
EDUC_SQ	-0.254792	-0.268836	-0.037061	0.975228	1.000.000	-0.003225	-0.022871	0.002102	0.459534	-0.087746	-0.342446	0.092836	0.084312	0.104070	0.052792	0.117073	0.024791	-0.161232
GINCBINA	-0.005161	0.005124	0.055052	0.001777	-0.003225	1.000.000	0.004881	-0.044685	0.102402	0.104048	0.006331	0.014943	0.105859	0.166321	0.028515	-0.024356	-0.004392	0.032897
GNDR	-0.011695	-0.010382	0.005205	-0.036387	-0.022871	0.004881	1.000.000	0.066219	-0.081070	0.001250	0.108046	0.021194	-0.040236	0.007232	0.104855	0.015078	0.007531	-0.024419
IMPRICH	0.217055	0.211744	0.067189	0.000110	0.002102	-0.044685	0.066219	1.000.000	-0.132790	-0.044900	-0.049745	0.058424	0.047673	-0.040516	0.007509	0.005367	-0.067581	0.050495
INC	-0.243177	-0.271163	0.034723	0.471359	0.459534	0.102402	-0.081070	-0.132790	1.000.000	-0.015572	-0.248296	0.062856	0.181829	0.125103	0.146038	0.128635	0.024713	-0.175028
IPEQOPT	0.036726	0.040826	0.007362	-0.078709	-0.087746	0.104048	0.001250	-0.044900	-0.015572	1.000.000	0.103176	-0.030233	0.025292	0.003615	0.088175	-0.024456	-0.022688	0.048430
POLINTR	-0.106302	-0.091193	-0.040332	-0.331509	-0.342446	0.006331	0.108046	-0.049745	-0.248296	0.103176	1.000.000	-0.132041	-0.050849	-0.170693	-0.037524	-0.028486	-0.033316	0.062214
PPLHLP	0.200782	0.209655	0.026958	0.067965	0.092836	0.014943	0.021194	0.058424	0.062856	-0.030233	-0.132041	1.000.000	0.242801	0.268157	0.130598	0.018194	-0.018746	-0.006019
STFLIFE	0.149710	0.166127	0.046170	0.072799	0.084312	0.105859	-0.040236	0.047673	0.181829	0.025292	-0.050849	0.242801	1.000.000	0.258723	0.197485	0.016484	-0.043335	0.016744
TRSTPLT	0.031650	0.042012	-0.008030	0.095907	0.104070	0.166321	0.007232	-0.040516	0.125103	0.003615	-0.170693	0.268157	0.258723	1.000.000	0.057344	0.009418	0.000138	-0.011407
UEMP3M	0.197155	0.208604	0.033403	0.032415	0.052792	0.028515	0.104855	0.007509	0.146038	0.088175	-0.037524	0.130598	0.197485	0.057344	1.000.000	0.099178	-0.006197	0.048430
WRKCTRA	-0.052048	-0.078073	-0.006448	0.128414	0.117073	-0.024356	0.015078	0.005367	0.128635	-0.024456	-0.028486	0.018194	0.016484	0.057344	0.099178	1.000.000	-0.567782	-0.720512
WRKCTRA	-0.094901	-0.090695	-0.013959	0.025220	0.024791	-0.004392	0.007531	-0.067581	0.024713	-0.022688	-0.033316	-0.018746	-0.043335	0.000138	-0.133783	-0.567782	1.000.000	-0.161735
WRKCTRA	0.142339	0.169996	0.019489	-0.175188	-0.161232	0.032897	-0.024419	0.050495	-0.175028	0.048430	0.062214	-0.006019	0.016744	-0.011407	-0.006197	-0.720512	-0.161735	1.000.000

Tabela 14.5 – Tabela de Correlação do MODELO 2 – Portugal 2008

	AGE	AGE_SQ	DOMICIL	EDUC	EDUC_SQ	GINCBINA	GNDR	IMPRICH	IPEQOPT	POLINTR	PPLHLP	STFLIFE	TRSTPLT	UEMP3M
AGE	1.000.000	0.983944	0.054944	-0.390405	-0.317228	0.032353	0.094821	0.074430	0.064423	0.094410	-0.061489	-0.254646	-0.049428	0.163559
AGE_SQ	0.983944	1.000.000	0.050150	-0.387142	-0.319542	0.025005	0.083991	0.076627	0.064495	0.107810	-0.053365	-0.239463	-0.042721	0.189493
DOMICIL	0.054944	0.050150	1.000.000	-0.221849	-0.202242	-0.012919	-0.018183	0.054501	0.091675	0.157817	0.014364	-0.084644	-0.064109	0.044679
EDUC	-0.390405	-0.387142	-0.221849	1.000.000	0.979059	-0.047861	-0.058603	-0.029580	-0.084285	-0.348613	0.046480	0.216748	0.143272	-0.027918
EDUC_SQ	-0.317228	-0.319542	-0.202242	0.979059	1.000.000	-0.055127	-0.038228	-0.031781	-0.076639	-0.333987	0.053819	0.189570	0.139511	-0.021690
GINCBINA	0.032353	0.025005	-0.012919	-0.047861	-0.055127	1.000.000	0.024432	0.016851	-0.088022	0.002216	-0.093021	-0.059365	-0.091911	-0.068611
GNDR	0.094821	0.083991	-0.018183	-0.058603	-0.038228	0.024432	1.000.000	0.042825	0.006463	0.188182	-0.043075	-0.068739	0.006661	-0.019116
IMPRICH	0.074430	0.076627	0.054501	-0.029580	-0.031781	0.016851	0.042825	1.000.000	0.002246	0.080258	-0.040428	-0.015264	-0.050086	0.005836
IPEQOPT	0.064423	0.064495	0.091675	-0.084285	-0.076639	-0.088022	0.006463	0.002246	1.000.000	0.081117	0.027791	-0.052102	0.027750	0.039343
POLINTR	0.094410	0.107810	0.157817	-0.348613	-0.333987	0.002216	0.188182	0.080258	0.081117	1.000.000	-0.114352	-0.131812	-0.277590	-0.025719
PPLHLP	-0.061489	-0.053365	0.014364	0.046480	0.053819	-0.093021	-0.043075	-0.040428	0.027791	-0.114352	1.000.000	0.113439	0.231788	0.039149
STFLIFE	-0.254646	-0.239463	-0.084644	0.216748	0.189570	-0.059365	-0.068739	-0.015264	-0.052102	-0.131812	0.113439	1.000.000	0.164400	0.070925
TRSTPLT	-0.049428	-0.042721	-0.064109	0.143272	0.139511	-0.091911	0.006661	-0.050086	0.027750	-0.277590	0.231788	0.164400	1.000.000	0.019555
UEMP3M	0.163559	0.189493	0.044679	-0.027918	-0.021690	-0.068611	-0.019116	0.005836	0.039343	-0.025719	0.039149	0.070925	0.019555	1.000.000

Tabela 14.6 – Tabela de Correlação do MODELO 2 – Portugal 2012

	AGE	AGE_SQ	DOMICIL	EDUC	EDUC_SQ	GINCBINA	GNDR	IMPRICH	IPEQOPT	POLINTR	PPLHLP	STFLIFE	TRSTPLT	UEMP3M
AGE	1.000.000	0.983766	0.076954	-0.447039	-0.355274	0.076867	0.086972	0.227566	0.089943	0.049494	-0.031259	-0.117937	0.004771	0.286622
AGE_SQ	0.983766	1.000.000	0.074190	-0.444901	-0.357354	0.084583	0.081693	0.230145	0.090154	0.063291	-0.022791	-0.096977	0.014607	0.308054
DOMICIL	0.076954	0.074190	1.000.000	-0.150273	-0.136182	0.041472	-0.013770	-0.085038	0.081954	0.076441	-0.020744	0.005233	-0.062952	0.043635
EDUC	-0.447039	-0.444901	-0.150273	1.000.000	0.971287	-0.047618	-0.023922	-0.144552	-0.105593	-0.295453	0.097796	0.171229	0.118650	-0.049264
EDUC_SQ	-0.355274	-0.357354	-0.136182	0.971287	1.000.000	-0.036605	-0.011695	-0.114079	-0.090656	-0.292239	0.094932	0.153819	0.124271	-0.020621
GINCBINA	0.076867	0.084583	0.041472	-0.047618	-0.036605	1.000.000	-0.009403	0.000179	0.160933	0.009920	0.114365	0.033642	0.137894	0.059742
GNDR	0.086972	0.081693	-0.013770	-0.023922	-0.011695	-0.009403	1.000.000	0.142103	-0.022995	0.125271	-0.007334	-0.045750	0.006994	0.022975
IMPRICH	0.227566	0.230145	-0.085038	-0.144552	-0.114079	0.000179	0.142103	1.000.000	-0.026342	0.023592	0.078635	-0.091689	0.026519	0.030960
IPEQOPT	0.089943	0.090154	0.081954	-0.105593	-0.090656	0.160933	-0.022995	-0.026342	1.000.000	0.061978	-0.032250	-0.012399	0.021354	0.071408
POLINTR	0.049494	0.063291	0.076441	-0.295453	-0.292239	0.009920	0.125271	0.023592	0.061978	1.000.000	-0.145426	-0.092753	-0.286275	-0.032945
PPLHLP	-0.031259	-0.022791	-0.020744	0.097796	0.094932	0.114365	-0.007334	0.078635	-0.032250	-0.145426	1.000.000	0.111716	0.220957	0.012001
STFLIFE	-0.117937	-0.096977	0.005233	0.171229	0.153819	0.033642	-0.045750	-0.091689	-0.012399	-0.092753	0.111716	1.000.000	0.122396	0.135580
TRSTPLT	0.004771	0.014607	-0.062952	0.118650	0.124271	0.137894	0.006994	0.026519	0.021354	-0.286275	0.220957	0.122396	1.000.000	0.062531
UEMP3M	0.286622	0.308054	0.043635	-0.049264	-0.020621	0.059742	0.022975	0.030960	0.071408	-0.032945	0.012001	0.135580	0.062531	1.000.000

Tabela 14.7 – Tabela de Correlação do MODELO 2 – Reino Unido 2008

	AGE	AGE_SQ	DOMICIL	EDUC	EDUC_SQ	GINCBINA	GNDR	IMPRICH	IPEQOPT	POLINTR	PPLHLP	STFLIFE	TRSTPLT	UEMP3M
AGE	1.000.000	0.982098	0.088907	-0.232242	-0.185519	0.017835	-0.041074	0.205488	-0.019645	-0.116855	0.211888	0.077929	0.010321	0.133073
AGE_SQ	0.982098	1.000.000	0.076389	-0.262796	-0.216788	0.013060	-0.034454	0.192666	-0.013117	-0.107828	0.221559	0.091307	0.031381	0.154053
DOMICIL	0.088907	0.076389	1.000.000	0.018697	0.022054	-0.077890	-0.000916	0.041115	0.039476	0.016748	0.075963	0.090371	-0.010671	0.052252
EDUC	-0.232242	-0.262796	0.018697	1.000.000	0.990187	-0.067091	-0.049839	-0.008341	-0.049632	-0.285953	0.002880	0.042585	0.058945	0.036107
EDUC_SQ	-0.185519	-0.216788	0.022054	0.990187	1.000.000	-0.060619	-0.050675	-0.001801	-0.054647	-0.283337	0.013401	0.040414	0.062350	0.039681
GINCBINA	0.017835	0.013060	-0.077890	-0.067091	-0.060619	1.000.000	0.021487	0.032206	-0.150457	0.004094	-0.058030	-0.109430	-0.121074	-0.086531
GNDR	-0.041074	-0.034454	-0.000916	-0.049839	-0.050675	0.021487	1.000.000	0.124948	-0.040544	0.136033	0.006697	-0.036049	-0.016227	0.081613
IMPRICH	0.205488	0.192666	0.041115	-0.008341	-0.001801	0.032206	0.124948	1.000.000	-0.042070	-0.077853	0.102791	0.085965	0.047077	0.018459
IPEQOPT	-0.019645	-0.013117	0.039476	-0.049632	-0.054647	-0.150457	-0.040544	-0.042070	1.000.000	0.063445	-0.059099	-0.032026	-0.004504	0.020215
POLINTR	-0.116855	-0.107828	0.016748	-0.285953	-0.283337	0.004094	0.136033	-0.077853	0.063445	1.000.000	-0.065055	-0.055622	-0.183695	-0.038567
PPLHLP	0.211888	0.221559	0.075963	0.002880	0.013401	-0.058030	0.006697	0.102791	-0.059099	-0.065055	1.000.000	0.259114	0.251126	0.092350
STFLIFE	0.077929	0.091307	0.090371	0.042585	0.040414	-0.109430	-0.036049	0.085965	-0.032026	-0.055622	0.259114	1.000.000	0.180592	0.115433
TRSTPLT	0.010321	0.031381	-0.010671	0.058945	0.062350	-0.121074	-0.016227	0.047077	-0.004504	-0.183695	0.251126	0.180592	1.000.000	0.043077
UEMP3M	0.133073	0.154053	0.052252	0.036107	0.039681	-0.086531	0.081613	0.018459	0.020215	-0.038567	0.092350	0.115433	0.043077	1.000.000

Tabela 14.8 – Tabela de Correlação do MODELO 2 – Reino Unido 2012

	AGE	AGE_SQ	DOMICIL	EDUC	EDUC_SQ	GINCBINA	GNDR	IMPRICH	IPEQOPT	POLINTR	PPLHLP	STFLIFE	TRSTPLT	UEMP3M
AGE	1.000.000	0.982648	0.136207	-0.248313	-0.197136	-0.007424	-0.024459	0.262794	0.038041	-0.108677	0.163667	0.117009	-0.027061	0.180750
AGE_SQ	0.982648	1.000.000	0.128682	-0.278687	-0.225796	0.004655	-0.020441	0.251853	0.039157	-0.087708	0.173565	0.138814	-0.005564	0.204905
DOMICIL	0.136207	0.128682	1.000.000	-0.006877	-0.022505	0.057987	0.016616	0.091207	0.025095	-0.040303	0.006607	0.061830	-0.017976	0.040197
EDUC	-0.248313	-0.278687	-0.006877	1.000.000	0.974934	-0.010654	-0.052613	-0.008666	-0.045562	-0.335615	0.077681	0.074377	0.078306	-0.006764
EDUC_SQ	-0.197136	-0.225796	-0.022505	0.974934	1.000.000	-0.014743	-0.042913	-0.000483	-0.054864	-0.340102	0.094031	0.083366	0.081258	0.016280
GINCBINA	-0.007424	0.004655	0.057987	-0.010654	-0.014743	1.000.000	0.023672	-0.045934	0.126107	0.037105	0.035928	0.121836	0.139887	0.035797
GNDR	-0.024459	-0.020441	0.016616	-0.052613	-0.042913	0.023672	1.000.000	0.082794	-0.014559	0.131489	0.045695	0.015404	0.031607	0.093878
IMPRICH	0.262794	0.251853	0.091207	-0.008666	-0.000483	-0.045934	0.082794	1.000.000	-0.045507	-0.067888	0.064573	0.082236	-0.033923	-0.008074
IPEQOPT	0.038041	0.039157	0.025095	-0.045562	-0.054864	0.126107	-0.014559	-0.045507	1.000.000	0.086823	-0.023674	0.009392	0.011874	0.067765
POLINTR	-0.108677	-0.087708	-0.040303	-0.335615	-0.340102	0.037105	0.131489	-0.067888	0.086823	1.000.000	-0.112450	-0.081020	-0.157415	-0.008686
PPLHLP	0.163667	0.173565	0.006607	0.077681	0.094031	0.035928	0.045695	0.064573	-0.023674	-0.112450	1.000.000	0.229882	0.258599	0.104354
STFLIFE	0.117009	0.138814	0.061830	0.074377	0.083366	0.121836	0.015404	0.082236	0.009392	-0.081020	0.229882	1.000.000	0.266901	0.199269
TRSTPLT	-0.027061	-0.005564	-0.017976	0.078306	0.081258	0.139887	0.031607	-0.033923	0.011874	-0.157415	0.258599	0.266901	1.000.000	0.073468
UEMP3M	0.180750	0.204905	0.040197	-0.006764	0.016280	0.035797	0.093878	-0.008074	0.067765	-0.008686	0.104354	0.199269	0.073468	1.000.000

Fonte: Cálculos feitos pelos autores com base nas rondas 4 e 6 do ESS.